

Av. António Augusto Aguiar,  
n.º130, 6º andar  
1050-020 Lisboa  
Tel. 21 351 37 50  
Fax: 21 351 37 57  
Swift BAIPPTLXXX  
[www.bancobaieuropa.com](http://www.bancobaieuropa.com)

**Banco BAI Europa, S.A.**

**Relatório e Contas**

**2012**



**Banco BAI Europa, SA, sociedade anónima com sede na Av. António Augusto Aguiar, n.º130, 8º andar, em Lisboa,  
registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 505 274 922.  
Capital Social EUR 40.000.000,00.**

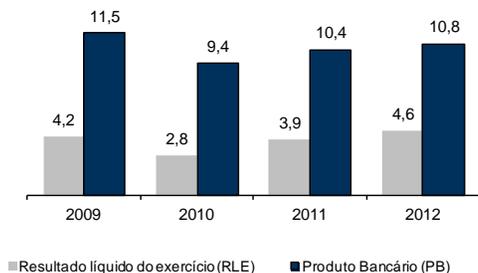
## Índice

Relatório de Gestão .....	2
Principais indicadores de referência .....	3
Apreciação Geral .....	4
Perspectivas Futuras .....	7
Agradecimentos .....	8
Enquadramento Macroeconómico 2012 .....	9
Enquadramento da actividade do Banco BAI Europa .....	20
Avaliação e Gestão de Riscos .....	25
Análise Financeira .....	30
Proposta de Aplicação de Resultados .....	33
Demonstrações Financeiras .....	34
Notas às Demonstrações Financeiras .....	40
Relatórios e Pareceres dos Auditores (ROC) e do Conselho Fiscal .....	95

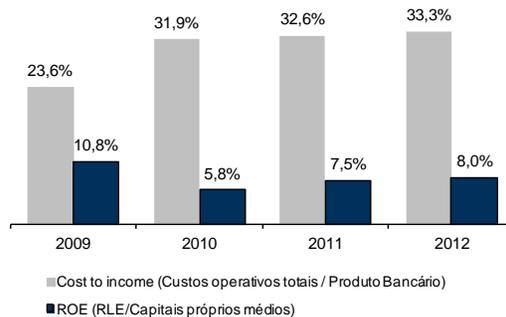
**Banco BAI Europa, S.A.**  
**Relatório de Gestão**  
**2012**

## Principais indicadores de referência

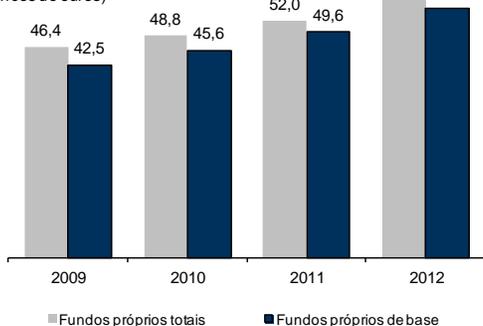
**Resultados**  
(milhões de euros)



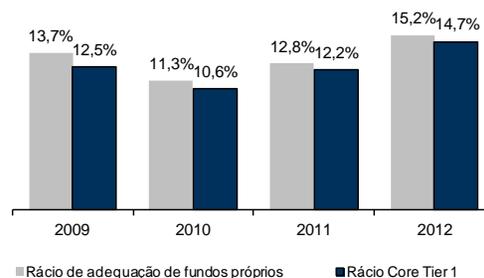
**Eficiência e Rendibilidade**



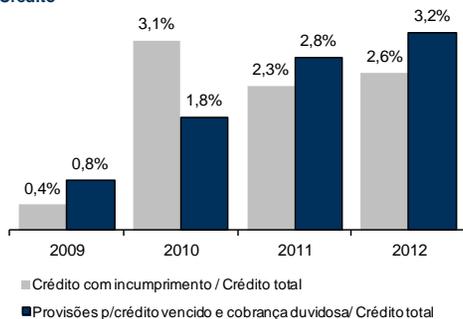
**Fundos Próprios**  
(milhões de euros)



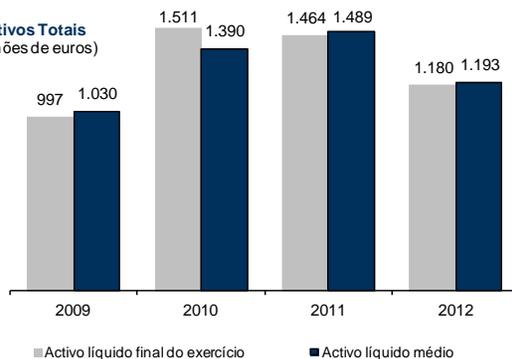
**Solvabilidade**



**Qualidade do Crédito**



**Activos Totais**  
(milhões de euros)



Nota: Os indicadores de eficiência, solvabilidade e qualidade de crédito apresentados seguem a metodologia indicada pelo Banco de Portugal na sua Instrução n.º 16/2004, de 16 de Agosto.

## Apreciação Geral

A actividade económica em Portugal terá registado uma contracção mais acentuada em 2012, traduzida numa quebra do PIB de cerca de 3% (-1,6% em 2011), segundo as mais recentes estimativas tanto do Banco de Portugal (Boletim Económico do Inverno) como do FMI (relatório da 6ª Revisão do *Extended Arrangement*, no quadro do Programa de Assistência Económica e Financeira - PAEF).

Esta maior contracção da actividade reflecte, por um lado, os efeitos das medidas de austeridade incluídas no OE/2012, no âmbito da implementação do PAEF, nomeadamente a significativa redução das despesas com pessoal e com o pagamento de pensões, bem como os agravamentos fiscais com relevo para o IVA, e, por outro lado, as maiores dificuldades de acesso ao crédito por parte da generalidade das pequenas e médias empresas em consequência do processo de desalavancagem dos balanços dos bancos e da aversão ao risco de crédito num contexto de recessão prolongada da actividade.

No que respeita à economia de Angola, ter-se-á confirmado em 2012 a expectativa de uma aceleração da actividade, uma vez ultrapassadas as dificuldades decorrentes do choque externo e da subsequente crise de pagamentos ocorrida em 2009 e em 2010, sendo de realçar, em especial, o importante sucesso obtido com a aplicação do programa de estabilização económica, conduzido sob a égide do *Stand-By Arrangement* celebrado em Novembro de 2009 com o FMI e concluído em Março de 2012.

Estima-se que o ritmo de crescimento da actividade tenha acelerado, com uma expansão do PIB de 3,9% em 2011 para um valor da ordem de 7% em 2012, recebendo contributos semelhantes do sector petrolífero e dos outros sectores da economia.

Aspecto merecedor de especial destaque em 2012 é a confirmação dos progressos obtidos na estabilização da economia, traduzidos nos seguintes indicadores: (i) prosseguimento da consolidação orçamental, com a expectativa de um *superavit* orçamental de 6% do PIB, (ii) continuada moderação no crescimentos dos preços no consumidor, com uma taxa de inflação média anual de 9,02 % (11,38% em 2011), inferior a dois dígitos pela primeira vez na história económica do País, (iii) reforço da posição das reservas em divisas internacionais (líquidas), que em 31 de Dezembro atingiram USD 30,6 mil milhões (USD 26 mil milhões no final de 2011), (iv) estabilização da taxa de câmbio média USD/Kwanza, que no final do ano se cifrava em 95,712 (95,282 no final de 2011), tendo prosseguido um ajustamento deslizando muito suave ao longo do ano, enquanto se mantém inexpressivo o spread entre a taxa oficial e a taxa do mercado paralelo.

Um relatório do FMI, elaborado no âmbito da chamada “Article IV Consultation”, divulgado em Agosto, atribui grande significado aos progressos realizados no sentido da estabilização da economia, os quais abriram caminho para uma expansão da actividade económica sem colocar em causa os equilíbrios económicos fundamentais e permitem encarar o objectivo do crescimento e da diversificação da economia em bases mais sólidas.

Também um relatório da Moody’s, divulgado no final de Agosto, conferiu especial ênfase aos progressos em matéria de estabilidade, os quais haviam justificado a melhoria do “rating” atribuído à República de Angola, de Ba3 estável para Ba3 positivo, não excluindo novos upgrades em avaliações futuras caso se mantenham os progressos assinalados.

Constata-se assim que se mantém ou mesmo que se acentuou o contraste entre a evolução das economias de Portugal e Angola, o qual não impediu que se tivessem intensificado as relações comerciais e de investimento entre os dois países com bem evidenciam as estatísticas do comércio externo e de trocas de serviços divulgadas em Portugal: (i) as exportações de bens de Portugal para Angola aumentaram 32,2%, em termos homólogos, no período de Janeiro a Novembro, mantendo-se Angola como o 4º mercado de produtos com origem em Portugal, a seguir à Espanha, à Alemanha e à França; (ii) as importações de Angola aumentaram 55,9%, subindo Angola para 6º fornecedor de Portugal (12º em 2011); (iii) nas exportações de serviços de Portugal, Angola é o 3º mercado, em termos de saldo entre exportações e importações, logo a seguir ao Reino Unido e à França.

Neste contexto de comportamentos tão diferenciados das duas economias de referência para a sua actividade, o BAI Europa manteve a estratégia de negócio adoptada nos últimos anos, tendo como foco o apoio ao comércio bilateral de bens e de serviços entre os dois países, bem como a acções de investimento de empresas dirigidas ao mercado angolano, com natural destaque para o financiamento das exportações com origem em Portugal.

O Banco manteve os elevados padrões de prudência na gestão dos riscos do negócio, sem prejuízo de procurar aproveitar as oportunidades de negócio que se foram deparando, seguindo uma escrupulosa observância dos parâmetros prudenciais aplicáveis a este risco.

No que se refere à gestão da liquidez, foi prosseguida uma política de prudência na aplicação dos fundos captados nomeadamente em Angola. O mercado interbancário continua a ser o principal destinatário dos fundos captados pelo Banco, complementado por aplicações em dívida pública, predominantemente de prazos curtos, e em papel comercial de emitentes seleccionados.

A carteira de crédito a clientes representa, no final do ano, uma percentagem baixa (9,6%) do activo total, incluindo as operações de papel comercial. O saldo do crédito a clientes encontra-se integralmente coberto por depósitos de clientes e por capitais próprios.

Os capitais próprios do Banco atingiram EUR 58.542.087 no final de 2012 (+10,8% do que no final de 2011), com os rácios de solvabilidade e “Core Tier 1” em 15,2% e 14,7%, respectivamente, bastante acima dos valores mínimos regulamentares.

A actividade do Banco em 2012 permitiu gerar um resultado antes de impostos de EUR 7.081.744 (+ 20,8% que em 2011), enquanto o resultado depois de impostos se cifrou em EUR 4.596.875 (+ 17,3% que em 2011), apurando-se assim uma taxa efectiva de imposto sobre o lucro de 35% (sem considerar o imposto extraordinário a que o Banco continuou sujeito), resultados que se explicam pela conjugação dos seguintes factores:

- Margem financeira de EUR 8.297.249, praticamente idêntica à obtida em 2011 (EUR 8.296.239), em resultado duma menor expressão do volume média dos activos e de uma melhor remuneração desses activos face ao custo do financiamento do Banco;
- Redução das provisões e imparidades, de EUR 1.127 milhões para EUR 107.671, como consequência da anulação de provisões para riscos que se extinguiram;
- Aumento dos custos de transformação, de EUR 3.375.348 para EUR 3.582.561 (+ 6,1%), com relevo para os custos com pessoal que aumentaram 8,4%, de EUR 1.972.094 para EUR 2.138.421, de que resultou um ligeiro agravamento do rácio “cost-to-income” de 32,6% em 2011 para 33,3% em 2012.

Cabe ainda referir que os resultados do Banco foram negativamente afectados pela incidência do imposto extraordinário sobre determinadas rubricas do passivo, criado em 2011 e mantido na lei do Orçamento para 2012, calculado sobre o valor médio dessas rubricas em 2011, o qual se traduziu num encargo de EUR 711.400, mais EUR 85.568 (13,7%) que o valor liquidado e pago em 2011. Este imposto manter-se-á em 2013, embora o montante a liquidar deva ser mais reduzido atendendo ao facto de o valor médio dos passivos de incidência ter sido em 2012 inferior ao registado em 2011.

## Perspectivas Futuras

Em 2013 perspectiva-se a manutenção da considerável divergência dos cenários económicos em Angola e em Portugal a que se assistiu nos anos anteriores: contracção ainda significativa da actividade económica em Portugal, expansão, provavelmente a ritmo acelerado da actividade em Angola.

No caso de Portugal e como é sabido, a contracção esperada da actividade está associada ao cumprimento dos objectivos de ajustamento económico e em particular de diminuição do défice público no contexto do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, com a conseqüente contracção do consumo (público e privado) e do investimento, embora a ritmo menos intenso do que o verificado em 2012. Note-se que o Banco de Portugal, na previsão mais recente, mantém a expectativa de retoma da actividade, ainda que ligeira, no 2º semestre de 2013, o que, a verificar-se, porá termo a 10 trimestres sucessivos de evolução negativa da actividade.

Este cenário vai certamente determinar que os riscos de crédito permaneçam muito elevados no mercado português, recomendando que o BAIE prossiga a sua estratégia de rigorosa selectividade no crédito concedido, sem deixar de apoiar activamente as empresas clientes que intervêm regularmente no comércio entre Portugal e Angola. A prevista expansão da economia de Angola deverá aliás permitir uma intensificação da actividade neste “nicho” de mercado, uma vez que são em cada vez maior número as empresas que operam na esfera das relações económicas entre os dois Países.

Ao contrário, a forte expansão esperada da economia angolana, deverá permitir que o BAIE intensifique o seu apoio às empresas que se relacionem com aquele mercado, tanto da sua actual carteira de clientes como aproveitando novas oportunidades de negócio.

## **Agradecimentos**

Salienta-se com muito agrado o empenho de todos os Colaboradores do Banco, que continuam a demonstrar elevada responsabilidade e competência no desempenho das suas tarefas. O profissionalismo e dedicação demonstrada por esta equipa torna possível o cumprimento dos objectivos que nos propomos realizar.

Também se regista e agradece a confiança que os Clientes têm depositado no Banco, que nos estimula para continuarmos a prestar um serviço de qualidade e de valor acrescentado, em especial visando o aprofundamento das relações comerciais e económicas entre Portugal e Angola.

Agradecemos ainda o apoio e a colaboração da Casa Mãe em Angola, que muito tem contribuído para o sucesso do nosso negócio e com o qual esperamos continuar a contar.

## Enquadramento Macroeconómico 2012

### I. Introdução

A actividade económica mundial terá prolongado em 2012 a trajectória de desaceleração já observada no ano anterior, com a diminuição do ritmo de crescimento do PIB de 3,9% em 2011 para 3,2% em 2012, segundo a estimativa mais recente do FMI no *World Economic Outlook/update*.

A desaceleração foi extensiva aos diferentes grupos de economias, tanto avançadas como emergentes e em vias de desenvolvimento.

A desaceleração no grupo das economias mais avançadas, de 1,9% em 2011 para 1,6%, não foi muito acentuada graças ao desempenho das economias americana e japonesa, as quais não seguiram o padrão geral uma vez que registaram aceleração da actividade, nos EUA de 1,8% para 2,3% (graças ao excepcional apoio da política monetária do Banco de Reserva Federal, FED), e no Japão de -0,6% para 2% (neste caso reflectindo a recuperação dos efeitos do grave acidente nuclear que em 2011 havia afectado a economia com especial intensidade).

No conjunto das economias da zona Euro a desaceleração, de +1,4 em 2011 para -0,4 em 2012, terá sido mais acentuada, em boa parte como consequência da crise de algumas dívidas soberanas e das medidas adoptadas para a combater. O principal contributo para esta evolução negativa terá sido dado pela Espanha (-1,4%) e pela Itália (-2,1%), para além das contracções mais expressivas na Grécia (-6%) e em Portugal (-3%).

No grupo das economias emergentes e em desenvolvimento, regista-se a forte desaceleração dos países da Europa Central e de Leste (de 5,3% em 2011 para 1,8% em 2012), a desaceleração nos países em desenvolvimento da Ásia (de 8% para 6,6%), da América Latina (de 4,5% para 3%) e da África ao Sul do Sahara (de 5,3% para 4,8%), bem como a evolução em sentido inverso das economias dos países do Médio Oriente e Norte de África e das cinco economias em desenvolvimento do sueste asiático.

Relativamente a 2013, o FMI antecipa uma ligeira recuperação da actividade a nível mundial, com a previsão de um crescimento do PIB de 3,5%, também extensiva aos diversos grupos de países. Mas desta vez, em contraste com o sucedido em 2012, a previsão do FMI aponta para uma desaceleração tanto nos EUA como no Japão. Na zona Euro, apesar da prevista ligeira recuperação, é ainda esperada uma pequena contracção da actividade, com o PIB a cair -0,2%.

O FMI não deixa contudo de referir que, caso os riscos de crise financeira na zona Euro e de crise orçamental nos EUA não se materializem, e, em consequência, as condições de financiamento das economias continuem a melhorar, o crescimento global poderá ser superior ao avançado. Esta advertência do FMI é justificada tendo em atenção as consideráveis melhorias registadas no mercado de capitais, nomeadamente nos mercados de dívida, tanto soberana como de empresas, que se tem registado no início de 2013, particularmente na zona Euro, e que parecem antecipar uma expectativa mais favorável dos mercados em relação ao real desempenho das economias no corrente ano.

## ***II. Economia Americana***

A aceleração da economia americana que se observou em 2012 é uma natural consequência das fortes medidas de estímulo monetário adoptadas pelo FED, as quais muito têm contribuído para a melhoria das condições de financiamento da economia, conjugadas com o sucesso no esforço de ajustamento de balanços realizados por empresas e famílias, na sequência da crise financeira – note-se que a dívida privada nos EUA terá regressado a níveis de 2003 - factores que estão propiciando uma retoma da actividade em bases muito mais sólidas.

Esta alteração foi particularmente sentida no mercado imobiliário, que gradualmente foi ultrapassando as sequelas da profunda crise do “sub-prime”, tendo já entrado numa fase de clara retoma do investimento e também dos preços.

Como referido, as medidas adoptadas pelo FED, denominadas de “quantitative easing”, consistindo em compras de elevados montantes de títulos de dívida pública e privada aos bancos (cerca de USD 45 mil milhões/mês), e que têm impulsionado fortemente a oferta de moeda, contribuíram para que as taxas de rendimento do mercado de capitais tenham evoluído para níveis bastante baixos, levando os investidores a procurar formas de dívida com risco mais elevado na tentativa de encontrar “yields” que sejam atractivas.

Assim, e para além dos níveis persistentemente baixos da dívida pública – as “yields” da dívida a 10 anos têm continuado abaixo de 2% e nos 30 anos só muito recentemente ultrapassaram 3%, não tendo sido afectadas pelo “downgrade” do “rating” da dívida pública americana divulgado pela S&P em Agosto de 2011, de AAA para AA+ - também nos mercados de dívida “corporate” se assistiu a uma queda acentuada das “yields”, especialmente notável no mercado dos “junk-bonds” em que a “yield” média terá diminuído cerca de 200 bps em 2012 e baixado já em 2013 para valores inferiores a 6%, um nível historicamente baixo.

Esta benignidade das condições de financiamento no mercado de capitais, aliada à recuperação significativa dos balanços dos principais bancos, que tornou possível, nomeadamente, o reembolso quase integral dos apoios recebidos das autoridades federais durante o período mais agudo da crise financeira no final de 2008, incutiram nas empresas e nas famílias uma maior confiança para as decisões de investimento.

Como reflexo da melhoria no ritmo de actividade, a taxa de desemprego caiu no final de 2012 para valores inferiores a 8% (7,7%), depois de se ter mantido acima desse nível desde 2008, tendo o FED resolvido tornar explícito o objectivo de 6,5% para a taxa de desemprego que, uma vez atingido, justificará a suspensão das medidas excepcionais de estímulo monetário.

Considerando que a inflação não constitui (por enquanto) motivo de preocupação, o principal problema que se coloca à economia americana, no curto prazo, consiste na necessidade de estabelecer um plano de consolidação orçamental de médio prazo, em ordem a travar o crescimento da dívida pública para níveis insustentáveis, sem travar excessivamente a actividade, mas mesmo na ausência de tal plano a consolidação orçamental em 2013 deverá prosseguir a bom ritmo.

Relativamente a 2013, embora a previsão aponte para uma ligeira desaceleração, o crescimento deverá prosseguir a ritmo suficiente para continuar a absorver a mão-de-obra disponível e baixar o nível de desemprego, aproximando-o do objectivo anunciado pelo FED.

### **III. Economia da Zona Euro**

A crise da dívida de alguns países do Euro, incluindo os que se encontram sujeitos a programas de resgate financeiro e de ajustamento económico bem como a Espanha e a Itália, tornou necessária a adopção de medidas de austeridade orçamental e de ajustamentos estruturais cujo reflexo na actividade económica viria a ser mais intenso em 2012, tendo conduzido, com excepção da Irlanda, a variações acentuadamente negativas da actividade económica, que acabaram por afectar também os demais países. Este condicionamento explicará, em boa parte, a forte desaceleração da actividade verificada em 2012 e a variação negativa do PIB, estimada, como acima mencionado, em -0,4%.

Referem-se, em especial, as contracções mais acentuadas da actividade que se terão registado na Grécia (-6%), em Portugal (-3%), na Itália (-2,1%) e na Espanha (-1,4%), países mais atingidos pela crise da dívida e cujas economias experimentaram especiais dificuldades de financiamento.

Ao longo de 2012 foram realizados alguns progressos no sentido de encontrar solução para as situações de crise de financiamento que afectou países periféricos do Euro em especial, sendo de destacar: (i) a decisão do BCE, em Fevereiro, de lançar uma segunda operação de financiamento pelo prazo de 3 anos (LTRO), a qual atraiu uma procura record de cerca de EUR 1 trilião por parte de um muito numeroso grupo de bancos europeus; (ii) a resposta dada à crise financeira da Grécia, com a aprovação em Março de um segundo programa de resgate financeiro, no total de EUR 172,6 mil milhões, que implicou uma prévia renegociação da dívida envolvendo o perdão, por parte dos credores não oficiais, de mais de EUR 100 milhões de dívidas titulada por obrigações; (iii) a aprovação no mesmo mês de uma regra de equilíbrio orçamental (“fiscal compact”), a observar por todos os países membros da zona Euro a partir de Janeiro de 2013, mediante consagração nas legislações nacionais (nalguns casos como princípio constitucional), estabelecendo com objectivo um défice estrutural não superior a 0,5% do PIB; (iv) o anúncio do Banco Central Europeu, no início de Setembro, do lançamento de um novo programa de compras de dívida pública, designado *Outright Monetary Transactions* (OMT), com o objectivo declarado de apoiar o acesso ao mercado pelos países sujeitos a programas de ajustamento, que estejam a cumprir os objectivos estabelecidos nesses programas, mas cujas dívidas sejam penalizadas no mercado por efeito de factores externos à capacidade de intervenção desses países, tornando clara a vontade do BCE de tudo fazer para preservar a integridade da zona Euro; (v) já no final do ano, a aprovação de um plano para a criação de uma União Bancária, a partir de 1 de Março de 2014, com atribuição ao BCE da competência de supervisão directa sobre um conjunto de cerca de 200 bancos residentes na zona Euro (e de outros países da União Europeia que pretendam aderir), de maior dimensão (com activos superiores a EUR 30 mil milhões), bem como a atribuição ao *European Stability Mechanism* de funções de suporte desses bancos em caso de necessidade de apoio financeiro (recapitalização), deste modo contribuindo para segregar o risco bancário do risco da dívida soberana.

Este conjunto de decisões - muito em especial a decisão do BCE de instituir o programa OMT, percebida pelo mercado como uma verdadeira “Stand-by Facility” - teve um impacto muito significativo no funcionamento dos mercados de dívida dos países periféricos, tanto soberana como “corporate”, tendo contribuído para reduzir, notavelmente, a percepção do risco sistémico da zona Euro. Assistiu-se, assim, a uma descida gradual das “yields” dessas dívidas, bem como a uma melhoria significativa das condições de emissão no mercado primário, concretizada em sucessivas colocações de dívida soberana e de empresas financeiras e não financeiras, nos diferentes prazos, em condições cada vez mais favoráveis.

Já no início de 2013 esta melhoria acentuou-se consideravelmente, permitindo o regresso ao mercado de emissões de dívida a médio/longo prazo tanto por parte da Irlanda como de Portugal, sendo de

destacar o renovado interesse de investidores não europeus pela aquisição de dívida de emitentes públicos e privados dos países periféricos do Euro.

Desta alteração profunda das condições do mercado financeiro, nesta fase beneficiando os emitentes públicos bem como os privados financeiros e não financeiros de maior porte, é de esperar uma melhoria generalizada do financiamento das economias, que se deverá estender gradualmente aos diferentes segmentos da economia, induzindo uma progressiva diminuição do fenómeno da aversão ao risco por parte do sector financeiro, enquanto se assiste à progressiva desalavancagem dos balanços das empresas e das famílias tendo como objectivo a normalização das respectivas condições de financiamento.

Caso esta evolução favorável dos mercados financeiros da zona Euro tenha continuidade e se consolide ao longo de 2013, é bem possível, como admite o FMI, que o próprio cenário macro-económico venha a evoluir de forma menos desfavorável do que a prevista, o que os próprios mercados parecem nesta altura sinalizar. Mas os riscos de uma evolução menos positiva, caso não se mantenham as condições favoráveis no mercado financeiro, não podem ser ignorados, reclamando por isso o prosseguimento dos esforços de ajustamento das economias mais desequilibradas, muito em especial na vertente estrutural dos programas de ajustamento em curso.

#### **IV. Outras economias**

Nas restantes economias, merece destaque em 2012 a generalizada desaceleração a que se assistiu, nomeadamente daquelas que têm sido apontadas com as mais dinâmicas – casos da China (de 9,3% em 2011 para 7,8% em 2012), da Índia (de 7,9% para 4,5%), do México (de 3,9% para 3,8%) e do Brasil (de 2,7% para 1%), bem como do conjunto de países da África ao Sul do Sahara (de 5,3% para 4,8%).

Em contra-ciclo podem referir-se, para além do já citado caso do Japão, os países do Médio Oriente e Norte de África, com um crescimento de 3,5% em 2011 e de 5,2% em 2012, bem como das 5 economias do sudoeste asiático (Tailândia, Indonésia, Malásia, Filipinas e Vietnam) que passaram de um crescimento de 4,5% em 2011 para 5,7% em 2012.

Ainda quanto ao grupo de países da África ao Sul do Sahara, seguiram, como já referido, se bem que de forma moderada, o padrão geral de desaceleração, passando de uma taxa de crescimento de 5,3% em 2011 para 4,8% em 2012, merecendo destaque a perda de ritmo da economia da África do Sul, com um crescimento de 3,5% em 2011 e de 2,3% em 2012, em parte reflectindo as dificuldades experimentadas

pelo sector das indústrias extractivas, associado á quebra dos preços das matérias-primas minerais, com um peso considerável no respectivo produto.

### **V. Economia de Angola**

A evolução da economia de Angola em 2012 fica marcada pela consolidação do processo de estabilização, no quadro do programa implementado ao abrigo do acordo de *Stand-By* celebrado com o FMI em Novembro de 2009 e terminado em Março de 2012.

O sucesso desse programa é assinalável, consubstanciado nos seguintes indicadores:

- Inflação média anual de 9,02%, pela primeira vez na história económica do País abaixo de dois dígitos (11,38% em 2011);
- Previsão de um saldo orçamental positivo pelo terceiro ano consecutivo, em 2012 da ordem de 6% do PIB, apesar do renovado esforço de investimento em infra-estruturas;
- Estabilidade da taxa de câmbio USD/Kwanza, que apresentou um ajustamento muito suave ao longo do ano (era de 95,282 Kwanzas/USD no final de 2011 e de 95,712 no final de 2012), mantendo-se inexpressivo o diferencial entre a taxa de câmbio oficial e a do mercado paralelo;
- Crescimento do nível das reservas oficiais em divisas internacionais, que passaram de USD 26 mil milhões no final de 2011 para USD 30,6 mil milhões no final de 2012, embora concentrado no 1º semestre do ano, estabilizando no 2º semestre;
- Crescimento económico com tendência de aceleração, esperando-se uma variação do PIB em trono de 7% (3,9% em 2011), com contributos muito semelhantes dos sectores petrolífero e não petrolíferos.

O elevado sucesso do programa de estabilização foi reconhecido no relatório de avaliação do chamado “Article IV Consultation”, divulgado pelo FMI em Agosto, no qual é salientada a importância da preservação e aprofundamento dos progressos alcançados como condição (i) de um crescimento sustentado ao longo dos próximos anos, e também (ii) da realização do objectivo estratégico de diversificação da economia angolana, reduzindo gradualmente a sua dependência do sector petrolífero.

O FMI antecipa para os próximos 5 anos (2013-2017) um período de continuado e robusto crescimento económico em Angola, com variações do PIB sempre superiores a 5%.

Merecem especial destaque, no capítulo da instrumentação da política económica, as reformas implementadas pelo Banco Nacional de Angola em 2012, visando uma intervenção mais eficaz da política monetária sobre as condições do mercado financeiro, bem como o reforço da capacidade de supervisão do sistema bancário.

Igualmente merecedor de registo foi a instituição efectiva do Fundo Petrolífero, na sequência de legislação que havia sido publicada em 2011 (Decreto Presidencial nº48/2011, de 9 de Março), bem como a sua dotação com um capital inicial de USD 5 mil milhões, assumindo características de um “Sovereign Wealth Fund”, vocacionado para o financiamento de infra-estruturas prioritárias, em especial nas áreas da produção e distribuição de energia eléctrica e de abastecimento de água, áreas nas quais Angola apresenta ainda grandes carências.

A relevância da criação do Fundo Petrolífero como instrumento de estabilização do financiamento para projectos infra-estruturais foi devidamente relevada pelo FMI no já citado relatório do “Article IV Consultation”, bem como pela Moody’s em relatório divulgado no final de Agosto referente à avaliação da notação de rating da República de Angola, que resultou numa melhoria da notação, de Ba3 com “Outlook estável” para Ba3 com “Outlook positivo”.

A Moody’s considera mesmo que a criação do Fundo Petrolífero, desde que dotado de suficiente capacidade financeira para funcionar como amortecedor dos efeitos de choques externos no financiamento dos projectos de infra-estruturas, e desde que seja possível comprovar que a gestão das suas receitas e despesas, na relação com o Orçamento do Estado, é transparente e baseada nas melhores práticas, poderá vir a justificar um “upgrade” da notação da República de Angola em próximos exercícios de avaliação.

Para 2013 espera-se a continuação de um forte ritmo de crescimento, porventura superior ao registado no último ano, com uma política orçamental marcadamente mais expansionista (beneficiando do esperado bom comportamento da receita fiscal proveniente das actividades petrolíferas), sendo de esperar, da parte da política monetária, a manutenção do ambiente de estabilidade que, aproveitando o estímulo da política orçamental, encoraje o reforço do investimento nos sectores não petrolíferos.

No tocante ao sector financeiro e para 2013, existe uma elevada expectativa quanto ao impacto da entrada em vigor da nova lei que determina a canalização pelo sector bancário residente dos movimentos financeiros das empresas do sector petrolífero, sendo de esperar um incremento muito significativo no nível de actividade e nos balanços da generalidade dos bancos. O FMI, ao apreciar as implicações da entrada em vigor desta lei, põe em destaque as novas exigências que irá colocar quanto à supervisão do sistema bancário, reclamando um considerável reforço dos mecanismos de supervisão do Banco Nacional de Angola.

## **VI. Economia portuguesa**

O desempenho da economia portuguesa em 2012 continuou a ser influenciado, no essencial, pelo cumprimento dos objectivos consignados no PAEF, acordado com os credores internacionais em Maio de 2011 e cujo principal objectivo consiste em corrigir, de forma duradoura, os desequilíbrios que afectaram a economia ao longo de sucessivos anos e que conduziram ao eclodir da grave crise financeira da primavera de 2011.

Cumpre salientar que os indicadores disponíveis bem como as mais recentes projecções do Banco de Portugal (Boletim Económico do Inverno) confirmam um significativo avanço do processo de ajustamento e de correcção dos desequilíbrios económicos fundamentais, cabendo referir em especial os seguintes desenvolvimentos:

- Pronunciada superação do desequilíbrio das contas com o exterior e da consequente redução (virtual eliminação, mesmo) das necessidades de financiamento externo, verificando-se (no período até Novembro) (i) um saldo conjunto positivo, de EUR 921 milhões, nas balanças Corrente e de Capital e (ii) um saldo conjunto também positivo as balanças de Bens e Serviços, de EUR 94 milhões, em ambos os casos confirmando as estimativas do Banco de Portugal que apontam um comportamento equilibrado destas rubricas no final do ano, antevendo o mesmo Banco de Portugal fortes excedentes em 2013, da ordem de 3% do PIB, tanto no saldo Corrente+Capital como no saldo Bens+Serviços;
- Prosseguimento da quebra da procura interna, que em 2012 se terá traduzido em variações negativas de todas as componentes, designadamente o consumo privado (-5,5%), o consumo público (-4,5%) e o investimento/FBCF (-14,4%);
- Evolução favorável da procura externa líquida, proporcionando um contributo positivo para o PIB de 4,2%, graças ao desempenho positivo das exportações (+4,1%) bem como à quebra das importações (-6,9%), sendo de salientar os ganhos apreciáveis de quota de mercado das exportações portuguesas;
- Dificuldades ao nível do cumprimento do objectivo acordado com os credores internacionais para o défice das Administrações Públicas (-5% do PIB em 2012), sem recurso a receitas extraordinárias, devido à evolução inferior ao previsto da receita fiscal, tendo sido possível, segundo as mais recentes informações disponibilizadas pelo Ministério das Finanças, cumprir aquele objectivo com um contributo de receitas extraordinárias de cerca de cerca de 0,75% do PIB;
- Aumento significativo do desemprego, que atingiu 16,3% da população activa no final do ano, em resultado da quebra muito acentuada da actividade nos sectores do comércio, serviços e da construção, nos quais se tem feito sentir com maior intensidade o processo de contracção da despesa e que são sectores de mão-de-obra intensiva, e que deverá agravar-se ainda no corrente;

- Melhoria significativa das condições de financiamento do Estado, dos bancos e das empresas de maior dimensão, graças à nova abertura dos mercados de capitais que se registou a partir do final do 3º trimestre de 2012 e que se acentuou de modo significativo no início de 2013, tornando mesmo possível a antecipação do regresso da República Portuguesa aos mercados de dívida de médio prazo, projectada em princípio para o Outono de 2013 e que se registou já no mês de Janeiro, com uma emissão bem sucedida de obrigações (EUR 2,5 mil milhões) com maturidade em Outubro de 2017.

O comportamento da economia portuguesa em 2013 estará estreitamente dependente do cenário económico externo (ou seja da evolução da procura externa dirigida à economia portuguesa) bem como da confirmação das melhorias no acesso aos mercados financeiros externos, sendo certo que o Banco de Portugal prevê uma nova contracção da actividade, com uma quebra do PIB de 1,9% mas num cenário de retoma da actividade a partir do 3º trimestre do corrente ano.

Caso o cenário externo venha a mostrar-se mais favorável do que o assumido no modelo de previsão do Banco de Portugal (que admite uma ligeira contracção para a zona Euro, em linha com a previsão do FMI), tal como alguns indicadores avançados divulgados ao longo do mês de Janeiro parecem sugerir, a economia portuguesa poderá vir a apresentar um desempenho mais favorável do que o previsto. Mas esta eventualidade não pode fazer esquecer os riscos que ainda se colocam à actividade económica tanto na zona Euro como noutras economias e que, a materializarem-se, podem dificultar a retoma esperada para o 2º semestre.

O processo de ajustamento orçamental deverá prosseguir em 2013, tendo sido assumido um objectivo para o défice de 4,5% do PIB, o qual deverá ser obtido através de um considerável agravamento do nível de fiscalidade, antes de em 2014 se concluir o período de implementação do PAEF e para o qual as autoridades anunciaram já como objectivo atingir um défice público não superior a 3% do PIB.

No que se refere ao objectivo de redução do défice orçamental, para 5,9% do PIB em 2011 (não mais do que EUR 10.068 milhões, baixando de EUR 17 mil milhões em 2010), parece ter sido cumprido, graças à contabilização da receita extraordinária decorrente da transferência dos activos dos fundos de pensões de instituições de crédito, integrados a partir do final de 2011 na Segurança Social. Sem a contribuição dessa receita extraordinária, que atingiu EUR 3,3 mil milhões, o défice seria da ordem de 7,8% do PIB, mesmo assim inferior em cerca de 4% ao registado em 2010 numa base comparável.

Uma importante componente do PAEF é a que se refere ao reforço da estabilidade financeira e à qual, como atrás se referiu, ficaram reservados EUR 12 mil milhões da ajuda financeira negociada com a União Europeia e com o FMI, os quais poderão ser utilizados pelo Estado para subscrever/realizar capital dos bancos que careçam desse apoio. Ao abrigo desta componente, estão previstos (i) um aumento dos fundos próprios dos bancos para satisfação de requisitos adicionais de capital e (ii) o cumprimento de um plano de diminuição do nível de alavancagem dos balanços dos bancos medida pelo rácio crédito a clientes/recursos de clientes.

O cumprimento de um rácio *Core Tier 1* de 9% até final de 2011 parece ter sido possível por parte da generalidade dos bancos, sem recurso a capital subscrito/realizado pelo Estado, mediante o recurso a soluções de mercado, que incluíram a alienação de activos e aumento de fundos próprios). Uma nova exigência, de elevação do rácio *Core Tier 1* para 10% pelo menos até Dezembro de 2012 exigirá em alguns casos a subscrição/realização de capital pelo Estado.

Em relação ao plano de redução do grau de alavancagem dos balanços dos bancos, o PAEF aponta para que seja atingido um rácio crédito a clientes/ recursos de clientes não superior a 120% até 2014, tendo como ponto de partida, em Maio de 2011, um valor superior a 150%.

No tocante à balança de pagamentos (correntes+ capital), salienta-se a tendência de acentuada redução do défice, que em 2011 deverá ser da ordem de 6,8% do PIB (9% em 2010), com saliência para a redução do défice de bens e serviços para 3,6% do PIB (6,8% em 2010), reflectindo o esforço de ajustamento da economia associado ao cumprimento do PAEF.

Em relação a 2012, as previsões apontam um agravamento da contracção da economia para -3,1%, devido ao afundamento da procura interna e a um abrandamento do crescimento das exportações, reflectindo as expectativas de abrandamento da economia mundial e em especial da zona Euro para onde se dirigem quase 75% das exportações portuguesas.

Para a contracção da economia concorrem também as difíceis condições de financiamento das empresas em geral, e também dos particulares, decorrentes do esforço de desalavancagem dos balanços a que os bancos se encontram obrigados nos termos do PAEF bem como de uma maior sensibilidade ao risco de crédito por parte da generalidade das instituições.

O processo de ajustamento de défice orçamental deverá prosseguir, tendo em 2012 como meta um défice não superior a 4,5% do PIB (não mais do que EUR 7.645 milhões), com uma importante componente de redução de despesa. A obtenção deste objectivo pode vir a ser dificultada por uma contracção económica mais pronunciada do que a prevista caso o cenário internacional se deteriore, mas o cenário inverso também não está de todo excluído caso os primeiros sinais, mais animadores, de desempenho das economias europeias em 2012 venham a confirmar-se.

Um factor importante para o desempenho da economia europeia e da zona Euro em especial – com reflexos decisivos no desempenho da economia portuguesa – será a superação da crise sistémica da zona Euro, em especial a demonstração de que os Programas de Assistência aos países em maiores dificuldades são adequados à superação dos seus problemas económicos e financeiros como parece estar a ser demonstrado no caso da Irlanda.

## Enquadramento da actividade do Banco BAI Europa

### **Áreas de negócio**

#### **- Banca Comercial**

A área de Banca Comercial tem como missão a prestação de serviços de elevada qualidade ao sector empresarial, ao abrigo de uma estratégia de negócio claramente definida, que envolve a captação selectiva de clientes.

O principal sector de actuação do Banco é composto por empresas portuguesas com actividade em Angola ou que desenvolvam relações comerciais com aquele País. Apesar deste segmento de mercado manter-se como um dos menos afectados pela crise económica que tem atingido Portugal nos últimos anos, o facto da contração da actividade económica se ter acentuado significativamente em 2012, originou o aumento generalizado do risco crédito inerente às empresas, mesmo para aquelas que actuam neste sector de negócio.

Face às dificuldades e incertezas que a economia portuguesa tem enfrentado, o Banco manteve a sua estratégia, condicionando o desenvolvimento da sua actividade a padrões de elevada prudência, pelo que a carteira de crédito da Banca Comercial acabou por registar uma diminuição no final do ano de 5,6% relativamente a 2011, isto apesar do Banco não se encontrar sujeito às exigências regulamentares de desalavancagem impostas pelo PAEF à generalidade das entidades do sector bancário em Portugal.

Não obstante a redução reflectida no crédito concedido no final do ano, esta área manteve a sua actividade aproveitando as oportunidades de financiamento das trocas comerciais entre Angola e Portugal, focalizando-se na área de *trade finance*.

Fruto da estratégia conservadora seguida, o crédito vencido no final de 2012 coincide praticamente com situações já identificadas em 2010. Estas operações representam as poucas situações de exposição a crédito imobiliário no activo do Banco e actualmente encontram-se provisionadas na sua totalidade. A recuperação das perdas já reconhecidas (via execução de hipotecas e venda de imóveis) depende, em grande parte, da recuperação do próprio mercado imobiliário em Portugal.

### **- Banca de Investimentos**

Esta área de negócios tem como propósitos (i) investir os recursos financeiros disponíveis no grupo, procurando obter a melhor rentabilidade assumindo níveis de risco pré-definidos e (ii) organizar soluções financeiras mais especializadas para os clientes.

(i) Na vertente de investimento dos recursos financeiros que não estão aplicados em crédito concedido, esta área evidenciou em 2012 um desempenho positivo, com reflexo na margem financeira, aplicando grande parte dos seus fundos no mercado interbancário e complementarmente em outros instrumentos com perfis de risco adequados à política definida.

Apesar do volume total médio de activos creditícios ter registado uma redução, as oportunidades de aplicações em dívida pública e em papel comercial de emitentes portugueses, a prazos relativamente curtos, permitiram melhorar a rentabilidade média dos activos face aos custos de financiamento suportados e desta forma manter a margem financeira.

(ii) Relativamente à organização de soluções financeiras mais especializadas, no final de 2012 a carteira de crédito não titulado desta área de negócio era de EUR 66,4 milhões, ou seja menos 9,4% que no final do ano anterior. Esta variação resulta, mais uma vez, das difíceis condições económicas enfrentadas pelo tecido empresarial português, e consequente aumento do nível de risco, que aliadas a uma política conservadora de concessão de crédito, não permitiu o crescimento desta carteira.

Todavia, salienta-se o trabalho desenvolvido por esta área na análise e estruturação de operações de crédito ao importador, no âmbito da Convenção celebrada entre os Estados português e angolano relativa à cobertura de riscos de créditos à exportação de bens e serviços de origem portuguesa para a República de Angola.

O quadro seguinte apresenta a evolução das carteiras de crédito a clientes e de títulos de dívida:

montantes expressos em milhões de Euros

	31-Dez-12	31-Dez-11	Δ %
Banca Comercial	48,6	51,5	-5,6%
Banca de Investimento	66,4	73,2	-9,3%
Crédito vencido	3,1	3,0	3,3%
Provisões;			
Crédito vencido e de cobrança duvidosa	-3,8	-3,5	8,6%
Risco-país	-1,3	-0,7	85,7%
<b>Carteira de crédito a clientes líquida não titulada</b>	<b>113,0</b>	<b>123,5</b>	<b>-8,5%</b>
Banca de Investimento			
Papel Comercial	87,9	71,7	22,6%
Obrigações	15,0	20,5	-26,8%
Bilhetes do Tesouro	0,0	3,0	-100,0%
Provisões risco-país	0,0	-1,3	-100,0%
<b>Carteira de crédito líquida titulada</b>	<b>102,9</b>	<b>93,9</b>	<b>9,6%</b>
<b>Total</b>	<b>215,9</b>	<b>217,4</b>	<b>-0,7%</b>

#### - Serviço de Banca Correspondente

Esta área de negócio presta serviços financeiros a outros bancos, sendo que os bancos do Grupo BAI ocupam um lugar de destaque no conjunto das operações efectuadas.

Ao longo de 2012 destaca-se o aumento da actividade na área de ordens de pagamentos de estrangeiro, que originaram, por sua vez, um acréscimo nos ganhos com a prestação de serviços complementares, nomeadamente operações cambiais.

Ao nível da área de créditos documentários, após 2011 ter apresentado uma recuperação desta actividade, em 2012 verificou-se novamente uma redução do valor total de cartas de crédito confirmadas, contudo, o número de operações foi superior ao de 2011.

## **Actividades de Suporte**

### **- Auditoria Interna**

É da responsabilidade do departamento de auditoria interna (DAI) assegurar que os processos operacionais do Banco são adequados para identificar, monitorizar e controlar os riscos a que este se encontra exposto, numa perspectiva custo/benefício.

Durante o ano o DAI efectuou várias acções de auditoria interna e continuou o seu trabalho no apoio à formalização dos procedimentos de controlo interno do Banco.

### **- Compliance**

É da responsabilidade do Departamento de Compliance cooperar com os órgãos de administração e de gestão no sentido de assegurar que as actividades do BAIE se desenvolvem em conformidade com as leis e os regulamentos que disciplinam a actividade financeira, bem como com as políticas e normativos internos, de modo a evitar o risco de se incorrer em sanções ou prejuízos, quer financeiros, quer a nível de imagem e reputação.

O controlo e prevenção de actividades de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo continuam a constituir uma área de relevo, requerendo uma monitorização das operações e um acompanhamento constante das actualizações regulares das normas emitidas pelo Banco de Portugal e por outras entidades nacionais e estrangeiras. Estas acções são desenvolvidas em cooperação com o Departamento de Auditoria Interna.

### **- Sistemas de Informação**

O Departamento de Sistemas de Informação tem por missão gerir e garantir a segurança do parque informático, dos sistemas de informação, das bases de dados e das redes de comunicação do Banco. A este departamento cabe ainda prestar o apoio a todos os utilizadores internos e externos dos sistemas e analisar as suas necessidades funcionais, com o objectivo de assegurar um ambiente de trabalho tão eficiente e produtivo quanto possível, dando suporte ao desenvolvimento da estratégia e da actividade do Banco.

Entre os vários projectos desenvolvidos ao longo do ano, destaca-se o trabalho de preparação para a migração do novo sistema de informação *core* do Banco.

### **- Recursos Humanos**

Em 31 de Dezembro de 2012 o Banco contava com um total de 27 colaboradores, igual ao verificado no final do ano anterior. O pessoal ao serviço do Banco é, com certeza, o seu activo mais valioso e determinante para o seu sucesso.

O Banco possui uma equipa de jovens profissionais com muito talento e com um leque de experiências variado, centrada na qualidade da prestação de serviços aos clientes e na observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Tem-se criado no Banco ao longo dos últimos anos uma cultura própria, de rigor e de exigência, mantendo ao mesmo tempo um ambiente de trabalho estimulante, factores que muito têm contribuído para alcançar, de forma sustentada, os objectivos comerciais, operacionais e económicos estabelecidos.

## **Avaliação e Gestão de Riscos**

No BAIE a gestão dos riscos centra-se na manutenção dos riscos dentro dos limites definidos na política de gestão de riscos, procurando-se otimizar a relação entre o risco e o respectivo retorno, assegurando sempre a solvabilidade do Banco em qualquer circunstância.

De acordo com o actual modelo de gestão de risco do Banco identificam-se como riscos relevantes, os seguintes:

- Risco de Crédito
- Risco de Balanço:
  - Risco de Liquidez
  - Risco de Taxa de Juro
  - Risco de Taxa de Câmbio
- Risco Operacional e
- Risco de Compliance

### **- Organização**

A política de gestão de risco é definida pelos Administradores Executivos e aprovada pelo Conselho de Administração, sendo da responsabilidade dos Administradores Executivos coordenar a sua implementação e monitorização, estabelecendo os procedimentos que perfazem o sistema de gestão de riscos.

Obedecendo aos princípios reconhecidos e aceites a nível internacional e definidos pelo Banco de Portugal nesta matéria, designadamente no Aviso n.º 5/2008, a função de gestão de riscos é assegurada pelo Departamento Financeiro e de Controlo (DFC) no que diz respeito aos riscos do balanço, pelo Departamento de Risco de Crédito (DRC) no que toca ao risco de crédito e pelos Departamentos de Auditoria e Compliance quanto ao risco operacional e de compliance, respectivamente.

Estes departamentos asseguram estas funções de forma independente, uma vez que não têm poderes de decisão sobre os riscos que monitorizam e sobre as áreas funcionais sujeitas às suas avaliações.

### **- Risco de Crédito e de Concentração de Crédito**

O Departamento de Risco de Crédito (DRC), no que diz respeito às operações da Banca Comercial e Banca de Investimento tem a responsabilidade de assegurar: (i) a avaliação detalhada do risco de crédito inerente a cada operação de crédito proposta por essas áreas; (ii) o cumprimento da estratégia de negócio definida pela Administração e das normas prudenciais estabelecidas pela entidade de supervisão bancária; (iii) a monitorização do risco através do acompanhamento contínuo da carteira de crédito; e (iv) o acompanhamento dos processos de recuperação em caso de incumprimento.

A aprovação da concessão de crédito é da exclusiva competência dos Administradores Executivos ou do Conselho de Administração, dependendo dos montantes envolvidos. A política de gestão determina limites de exposição máxima por clientes, grupo de clientes ligados entre si e por sector de actividade por país. Compete ao DRC monitorizar o cumprimento destes limites.

Para as operações da Sala de Mercados, o DRC assegura: (i) a avaliação periódica da situação financeira de cada contraparte (instituição/entidade), propondo limites de exposição para cada uma destas contrapartes, para aprovação dos Administradores Executivos; e (ii) a monitorização diária das posições de risco para confirmar que estas se encontram dentro dos limites definidos.

### **- Risco de Balanço**

A gestão do risco do balanço envolve os riscos financeiros referentes aos activos e passivos no balanço, abrangendo liquidez, taxa de juro e taxa de câmbio.

A Sala de Mercados (SdM) é responsável pela gestão destes riscos, actuando de acordo com as políticas e dentro dos limites estabelecidos.

O DFC monitoriza a exposição do Banco aos riscos assumidos no balanço assegurando que estes se encontram dentro dos limites definidos na política de gestão de riscos.

#### **i) Risco de Liquidez**

O risco de liquidez consiste no risco de o Banco não dispor de fundos suficientes para dar satisfação às suas responsabilidades monetárias, especialmente no curto prazo. A política referente a este risco define a assunção de uma posição conservadora na gestão da liquidez, mantendo sempre uma posição muito líquida a curto prazo. Encontram-se definidos limites de posição de tesouraria e patamares de referência para alerta em função do volume dos recursos captados para os prazos temporais mais curtos.

Diariamente é apurada a projecção da posição de tesouraria dos activos e passivos financeiros e outras responsabilidades assumidas fora do balanço por moeda e prazos residuais, sendo essa informação utilizada pela SdM na gestão da tesouraria.

O DFC monitoriza o cumprimento dos respectivos limites e a tomada de medidas correctivas quando necessário.

### ii) Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro equivale ao impacto na margem financeira de alterações na taxa de juro, que se manifesta quando existem *mismatches* nos prazos dos activos e passivos.

A política referente a este risco tem como objectivo reduzir a sensibilidade da margem financeira às alterações na taxa de juro e, conseqüentemente, preservar o valor económico do balanço. Seguindo este objectivo, o Banco faz o *matching* em termos de prazos de *repricing* dos seus activos e passivos sempre que possível, não assumindo operações de montantes significativos de taxa fixa a médio longo prazo.

Para efeitos de monitorização, além da utilização da abordagem prudencial definida pelo Banco de Portugal na sua Instrução n.º 19/05, de 15 de Junho, o Banco desenvolveu um modelo de análise que efectua numa base mensal a medição do risco de taxa de juro, aplicando os factores de desconto a todos os *cash flows* líquidos (*gap* / posição) de cada operação individual, em vez de os aplicar aos *gap* organizados por bandas temporais (abordagem prudencial), obtendo desta forma uma maior precisão no cálculo da variável.

### iii) Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio consiste na possibilidade de movimentos adversos das taxas de câmbio virem a causar impactos negativos nos resultados ou no capital.

A política referente a este risco espelha a atitude conservadora do Banco na assunção de riscos e define limites reduzidos para posições cambiais abertas.

A monitorização deste risco é feita numa base diária através da análise da posição cambial global, bem como da análise periódica do comportamento da posição em aberto face ao comportamento de cada divisa.

### - Risco Operacional

O risco operacional é definido como o risco de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação de operações, de fraudes internas e externas, da utilização de recursos em regime de subcontratação, de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

O Banco reconhece o risco operacional como um risco potencialmente relevante na sua actividade e procura geri-lo dentro de limites aceitáveis através da implementação de um sistema de controlo interno adequado à sua actividade.

É preocupação da administração que a estrutura organizacional do Banco acompanhe a estratégia definida e o desenvolvimento da actividade, bem como a evolução dos requisitos prudenciais inerentes a essa actividade, tendo como **princípios fundamentais**:

- Definição de responsabilidades e competências;
- Princípios de ética e deontologia;
- Procedimentos de reporte e de controlo; e
- Segregação de funções.

Os documentos que formalizam as políticas adoptadas pelo Banco são aprovados pelo conselho de administração e determinam a estratégia e os procedimentos gerais e a repartição de competências dos vários órgãos e departamentos em matéria de controlo interno e de gestão dos riscos.

Os processos mais relevantes e com maior risco operacional encontram-se detalhadamente documentados, e foram definidos de forma a garantir uma adequada segregação de funções considerando a dimensão, natureza e complexidade da actividade. Para cada um destes processos é definido um ou mais responsáveis, aos quais compete assegurar o cumprimento dos procedimentos e mecanismos de controlo estabelecidos, bem como garantir as actualizações dos procedimentos às alterações da actividade.

Compete ao Departamento de Auditoria Interna, aos auditores externos e ao Conselho Fiscal do Banco verificar a implementação e o cumprimento das políticas e procedimentos formalmente definidos, e propor medidas para a melhoria dos mecanismos de mitigação de risco operacional.

### **- Risco de Compliance**

O risco de compliance é o risco de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou da não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, que se materializarem em sanções de carácter legal, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento das obrigações contratuais.

O Departamento de Compliance acompanha todas as alterações regulamentares e legais, de forma a assegurar o cumprimento pelo Banco de todas as obrigações legais a que este se encontra sujeito.

Este departamento é também responsável pela avaliação e acompanhamento dos procedimentos de controlo interno em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como pela centralização da informação e respectiva comunicação às autoridades competentes.

## Análise Financeira

Apresenta-se, de seguida, uma breve análise financeira e da actividade do BAIE em 2012.

### Demonstração de Resultados

	31-Dez-12	31-Dez-11	Δ
Juros e rendimentos similares	26 400 607	22 490 710	17,4%
Juros e encargos similares	(18 103 358)	(14 194 471)	27,5%
<b>Margem Financeira (MF)</b>	<b>8 297 249</b>	<b>8 296 239</b>	<b>0,0%</b>
Operações Financeiras (OF)	1 835 101	1 688 208	8,7%
<b>Margem bruta (MF+OF)</b>	<b>10 132 350</b>	<b>9 984 447</b>	<b>1,5%</b>
Comissões Líquidas (CL)	1 606 139	1 238 411	29,7%
Outros Resultados Operacionais (ORO)	( 966 913)	( 858 937)	12,6%
<b>Produto Bancário (PB=MF+MC+ORO)</b>	<b>10 771 576</b>	<b>10 363 921</b>	<b>3,9%</b>
Custos de Funcionamento (CF)	(3 522 932)	(3 278 874)	7,4%
<b>EBITA (PB-CF)</b>	<b>7 248 644</b>	<b>7 085 047</b>	<b>2,3%</b>
Amortizações do exercício (A)	( 59 229)	( 96 474)	-38,6%
Provisões e imparidade líquidas constituídas	( 107 671)	(1 127 141)	-90,4%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>7 081 744</b>	<b>5 861 432</b>	<b>20,8%</b>
Impostos	(2 484 869)	(1 942 450)	27,9%
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>4 596 875</b>	<b>3 918 982</b>	<b>17,3%</b>
<b>Cost to income [(CF+A)/PB]</b>	<b>-33,3%</b>	<b>-32,6%</b>	<b>2,1%</b>

No final de 2012 o BAIE obteve um **resultado líquido do exercício** de EUR 4 597 mil, que em comparação com EUR 3 919 mil contabilizados no final do exercício anterior, resulta num acréscimo de cerca 17%. Este aumento é principalmente explicado pela redução das provisões e imparidades líquidas constituídas, pelo crescimento dos proveitos com comissões e dos ganhos com operações financeiras.

A **margem financeira** em 2012 apresentou um valor muito semelhante ao do período homólogo. Considerando que a redução do volume médio de activos creditícios em 2012 tem um impacto negativo nesta rubrica, o aumento da remuneração destes activos face ao custo de financiamento do Banco tem um efeito de compensação na mesma medida. Neste caso, salienta-se o contributo das carteiras de crédito a clientes e de títulos de dívida soberana portuguesa e de papel comercial de empresas.

O resultado com **operações financeiras** aumentou 8,7% fruto do incremento da actividade com operações cambiais na área de negócio de Serviço de Banco Correspondente.

As **comissões líquidas** atingiram EUR 1 606 mil, valor que quando comparado com EUR 1 232 mil em igual período do ano anterior, representa um aumento de 29,7%. Salienta-se o comportamento favorável das comissões de operações de crédito a clientes, de créditos documentários e de ordens de pagamento.

Os **outros resultados operacionais** apresentam um aumento do custo no ano de 2012 em virtude da contribuição extraordinária para o sector bancário ter sofrido um agravamento (a base de incidência é o volume de médio anual de passivos do ano anterior, que em 2011 registou um valor superior relativamente a 2010).

Os **custos de funcionamento** que agregam os gastos com pessoal e os gastos gerais administrativos totalizaram EUR 3 523 mil, o que representa um aumento de 7,4%. Este acréscimo deve-se essencialmente aos aumentos dos i) gastos com pessoal – nomeação de mais um administrador executivo em Junho do ano transacto, e ii) dos gastos gerais administrativos associados ao projecto de migração para um novo sistema informático *core* bancário que continuam a penalizar esta rubrica. Contudo, salienta-se que apesar da ligeira deterioração do rácio *cost to income*, este indicador de eficiência mantém-se baixo, muito próximo dos 30%.

A rubrica de **provisões e imparidade líquidas constituídas** tem um peso menos penalizador nos resultados do Banco em 2012 comparativamente ao período homólogo, considerando que no ano transacto foi efectuado um reforço mais significativo de provisões para créditos vencidos e de cobrança duvidosa e das imparidades de activos recebidos em dação por recuperação de créditos, situações de natureza não recorrente.

## Balanço

	31-Dez-12	31-Dez-11	Δ
Activos financeiros:			
Disponibilidades	215 098 616	127 209 313	69,1%
Aplicações em instituições de crédito	735 567 315	1 100 986 426	-33,2%
Crédito a clientes	112 974 942	123 456 133	-8,5%
Investimentos detidos até à maturidade	100 213 724	80 026 412	25,2%
Outros activos financeiros	13 362 625	28 403 513	-53,0%
<b>Total activos financeiros</b>	<b>1 177 217 222</b>	<b>1 460 081 797</b>	<b>-19,4%</b>
Activos não financeiros	3 228 346	3 584 549	-9,9%
<b>Total activos</b>	<b>1 180 445 568</b>	<b>1 463 666 346</b>	<b>-19,4%</b>
Passivos financeiros:			
Recursos de instituições de crédito	1 030 972 427	1 331 774 637	-22,6%
Recursos de clientes	80 681 136	64 867 998	24,4%
Passivos Subordinados	-	4 500 327	-100,0%
Outros passivos financeiros	5 624 055	7 058 624	-20,3%
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>1 117 277 618</b>	<b>1 408 201 586</b>	<b>-20,7%</b>
Outros passivos não financeiros	4 625 863	2 629 818	75,9%
Capital	40 000 000	40 000 000	0,0%
Reservas de reavaliação	2 040 910	1 051 801	94,0%
Outras reservas e resultados transitados	11 904 302	7 864 159	51,4%
Resultado do exercício	4 596 875	3 918 982	17,3%
<b>Total passivos e capital próprio</b>	<b>1 180 445 568</b>	<b>1 463 666 346</b>	<b>-19,4%</b>

No final do ano de 2012, o **total de activos** atingiu EUR 1.180 milhões, o que representa uma redução de 19,4% quando comparado com o valor apresentado a 31 de Dezembro de 2011. Em termos médios, a redução foi ligeiramente maior (-19,9%).

Este comportamento do activo resultou de uma diminuição do volume da actividade no mercado interbancário no passivo.

A carteira de crédito a clientes diminuiu -8,5% em 2012, em consequência da estratégia muito conservadora adoptada pelo Banco.

Relativamente ao indicador de solvabilidade mais relevante, destaca-se o reforço do rácio Core Tier 1, que passa de 12,2% para 14,7% em resultado da redução de volume de activos ponderados e do reforço de fundos próprios. Este indicador demonstra uma elevada solidez financeira, tendo em conta que é confortavelmente superior ao limite mínimo de 10,0% definido pela entidade de supervisão bancária.

## Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que ao Resultado Líquido apurado no exercício de 2012, no valor de Euros 4 596 875, lhe seja dada a seguinte aplicação

- Transferido para Resultados Transitados 3 677 500
- Transferido para Reservas Legais 919 375

Lisboa, 7 de Março de 2013

O Conselho de Administração

---

José Paiva  
Presidente

---

Paula Gray  
Vice-Presidente

---

António Pinto Duarte  
Administrador

---

José Tavares Moreira  
Administrador

**Banco BAI Europa, S.A.**  
**Demonstrações Financeiras**  
**em 31 de Dezembro de 2012**

**BANCO BAI EUROPA, S.A.**  
**BALANÇOS (DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA)**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31-Dez-12			31-Dez-11	Notas	31-Dez-12	31-Dez-11
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido				
<b>Activo</b>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	32 233 626	-	32 233 626	42 756 411			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	182 864 990	-	182 864 990	84 452 902			
Activos financeiros detidos para negociação	5	-	-	-	1 036 931			
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados	6	5 303 069	-	5 303 069	7 058 624			
Activos financeiros disponíveis para venda	7, 18	7 111 087	-	7 111 087	19 359 489			
Aplicações em instituições de crédito	8	737 056 369	(1 489 054)	735 567 315	1 100 986 426			
Crédito a clientes	9	118 032 789	(5 057 847)	112 974 942	123 456 133			
Investimentos detidos até à maturidade	10	100 232 506	( 18 782)	100 213 724	80 026 412			
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-			
Derivados de cobertura		-	-	-	-			
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-	-			
Propriedades de investimento		-	-	-	-			
Outros activos tangíveis	11	1 420 085	(1 112 160)	307 925	341 825			
Activos intangíveis	12	961 260	( 954 520)	6 740	207 413			
Investimentos em filiais e associadas	13	948 469	-	948 469	948 469			
Activos por impostos correntes		-	-	-	-			
Activos por impostos diferidos	14	894 596	-	894 596	795 707			
Outros activos	15, 18	2 755 538	( 736 453)	2 019 085	2 239 604			
<b>Total de Activo</b>		<b>1 189 814 384</b>	<b>( 9 368 816)</b>	<b>1 180 445 568</b>	<b>1 463 666 346</b>			
<b>Passivo</b>								
Recursos de bancos centrais	16	402 488 661	-	402 488 661	640 011 446			
Passivos financeiros detidos para negociação	5	320 986	-	320 986	-			
Outros passivos financeiros ao justo valor via resultados	6	5 303 069	-	5 303 069	7 058 624			
Recursos de outras instituições de crédito	16	628 483 766	-	628 483 766	691 763 191			
Recursos de clientes e outros empréstimos	17	80 681 136	-	80 681 136	64 867 998			
Responsabilidades representadas por títulos		-	-	-	-			
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-	-			
Derivados de cobertura		-	-	-	-			
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-			
Provisões	18	1 038 216	-	1 038 216	808 318			
Passivos por impostos correntes	14	627 405	-	627 405	910 912			
Passivos por impostos diferidos	14	479 494	-	479 494	84 208			
Instrumentos representativos de capital		-	-	-	-			
Outros passivos subordinados	19	-	-	-	4 500 327			
Outros passivos	20	2 480 748	-	2 480 748	826 380			
<b>Total de Passivo</b>		<b>1 121 903 481</b>		<b>1 410 831 404</b>				
<b>Capital Próprio</b>								
Capital	21	40 000 000	-	40 000 000	40 000 000			
Prémios de emissão		-	-	-	-			
Outros instrumentos de capital		-	-	-	-			
(Acções próprias)		-	-	-	-			
Reservas de reavaliação	21	2 040 910	-	2 040 910	1 051 801			
Outras reservas e resultados transitados	21	11 904 302	-	11 904 302	7 864 159			
Resultado do exercício	21	4 596 875	-	4 596 875	3 918 982			
(Dividendos antecipados)		-	-	-	-			
<b>Total de Capital Próprio</b>		<b>58 542 087</b>		<b>52 834 942</b>				
<b>Total de Passivo + Capital Próprio</b>		<b>1 180 445 568</b>		<b>1 463 666 346</b>				

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**BANCO BAI EUROPA, S.A.****DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31-Dez-12	31-Dez-11
Juros e rendimentos similares	22	26 400 607	22 490 710
Juros e gastos similares	22	(18 103 358)	(14 194 471)
<b>Margem financeira</b>	22	<b>8 297 249</b>	<b>8 296 239</b>
Rendimentos de serviços e comissões	23	1 830 401	1 367 350
Encargos com serviços e comissões	23	( 224 262)	( 128 939)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	24	20 508	( 62 539)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	150 748	295 607
Resultados de reavaliação cambial	2.3	1 663 845	1 455 140
Outros resultados de exploração	25	( 966 913)	( 858 937)
<b>Produto bancário</b>		<b>10 771 576</b>	<b>10 363 921</b>
Custos com pessoal	26	(2 138 421)	(1 972 094)
Gastos gerais administrativos	27	(1 384 511)	(1 306 780)
Amortizações do exercício	11, 12	( 59 229)	( 96 474)
Provisões líquidas de reposições e anulações	18	( 229 898)	( 136 138)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	18	( 527 456)	( 406 520)
Imparidade e provisões risco país de outros activos financeiros líquidas de reversões e recuperações	18	1 155 896	( 166 388)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	18	( 506 213)	( 418 095)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>7 081 744</b>	<b>5 861 432</b>
Impostos	28	(2 484 869)	(1 942 450)
Correntes	28	(2 549 946)	(2 229 517)
Diferidos	28	65 077	287 067
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>4 596 875</b>	<b>3 918 982</b>
<b>Resultado por acção</b>		<b>0,57</b>	<b>0,49</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**BANCO BAI EUROPA, S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL**

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Montantes expressos em euros)

	31-Dez-12	31-Dez-11
<b>Resultado do exercício</b>	<b>4 596 875</b>	<b>3 918 982</b>
Ganhos e perdas actuariais acumulados de benefícios de longo prazo	121 162	( 123 509)
Impacto fiscal	622	-
Reserva de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	1 350 582	( 252 882)
Impacto fiscal	( 362 095)	73 878
<b>Resultado não incluído na demonstração de resultados</b>	<b>1.110.271</b>	<b>(302.512)</b>
<b>Rendimento integral do exercício</b>	<b>5 707 146</b>	<b>3 616 470</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**BANCO BAI EUROPA, S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

	(Montantes expressos em euros)							
	Capital	Prémios de emissão	Resultados transitados	Reserva legal	Reservas de reavaliação	Resultado do exercício	(Dividendos antecipados)	Total Capital
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>40 000 000</b>	-	<b>4 073 195</b>	<b>1 092 511</b>	<b>1 230 805</b>	<b>2 807 458</b>	-	<b>49 203 969</b>
Alteração retrospectiva política contabilística IAS 19 - Eliminação regra corredor	-	-	14 503	-	-	-	-	<b>14 503</b>
Incorporação em resultados transitados e reservas legais do resultado líquido de 2011	-	-	2 245 966	561 492	-	(2 807 458)	-	-
Reservas reavaliação	-	-	-	-	( 179 003)	-	-	<b>( 179 003)</b>
Ganhos e perdas actuariais acumulados de benefícios longo prazo	-	-	( 123 509)	-	-	-	-	<b>( 123 509)</b>
Resultado gerado no exercício de 2011	-	-	-	-	-	3 918 982	-	<b>3 918 982</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>40 000 000</b>	-	<b>6 210 155</b>	<b>1 654 003</b>	<b>1 051 802</b>	<b>3 918 982</b>	-	<b>52 834 942</b>
Incorporação em resultados transitados e reservas legais do resultado líquido de 2012	-	-	3 135 185	783 797	-	(3 918 982)	-	-
Reservas reavaliação	-	-	-	-	989 108	-	-	<b>989 108</b>
Ganhos e perdas actuariais acumulados de benefícios longo prazo	-	-	121 162	-	-	-	-	<b>121 162</b>
Resultado gerado no exercício de 2012	-	-	-	-	-	4 596 875	-	<b>4 596 875</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>40 000 000</b>	-	<b>9 466 502</b>	<b>2 437 800</b>	<b>2 040 910</b>	<b>4 596 875</b>	-	<b>58 542 087</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**BANCO BAI EUROPA, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Montantes expressos em euros)

	31-Dez-12	31-Dez-11
<b>Actividades operacionais</b>		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	25 843 642	24 439 793
Juros, comissões e outros custos pagos	(17 046 371)	(14 129 947)
Resultados cambiais e de outras operações financeiras	1 286 714	870 527
Pagamento a empregados e fornecedores	(3 631 097)	(3 498 140)
Fluxo líquido operacional antes das variações nos activos e passivos	6 452 888	7 682 233
Diminuições (aumentos) em:		
Investimentos detidos até à maturidade	(19 564 983)	(64 274 950)
Aplicações em instituições de crédito	367 191 294	180 005 231
Crédito a clientes	10 072 010	(11 253 959)
Outros activos	17 427	( 554 873)
Fluxo líquido proveniente de activos operacionais	357 715 748	103 921 449
Aumentos (diminuições) em:		
Recursos de outras instituições de crédito e de bancos centrais	(302 140 877)	(31 291 134)
Recursos de clientes	15 847 062	(20 656 882)
Outros passivos e contas de regularização	1 758 608	340 946
Fluxo líquido proveniente de passivos operacionais	(284 535 207)	(51 607 070)
Contribuição para responsabilidades com pensões de reforma	-	-
Pagamento de impostos sobre lucros	(2 778 701)	( 987 019)
Pagamento de outros impostos	( 890 762)	( 841 550)
Caixa ilíquida das actividades operacionais	75 963 966	58 168 043
<b>Actividades de investimento</b>		
Rendimento de activos financeiros disponíveis para venda	150 748	295 607
Aquisições de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	14 659 539	( 995 346)
Aquisições de outros activos financeiros ao justo valor líquidas de alienações	1 755 555	443 090
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	( 80 115)	( 41 054)
Caixa líquida das actividades de investimento	16 485 727	( 297 703)
<b>Actividades de financiamento</b>		
Juros de passivos subordinados	( 60 390)	( 114 324)
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	(4 500 000)	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	(4 560 390)	( 114 324)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	87 889 303	57 756 016
Caixa e seus equivalentes no início do período (notas 3 e 4)	127 209 313	69 453 297
<b>Caixa e seus equivalentes no final do período (notas 3 e 4)</b>	<b>215 098 616</b>	<b>127 209 313</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**Banco BAI Europa, S.A.**  
**Notas às Demonstrações Financeiras**  
**em 31 de Dezembro de 2012**

(Montantes expressos em euros)

## 1 Introdução

O BANCO BAI EUROPA, S.A. (adiante também designado por “BAIE” ou “Banco”) tem sede em Lisboa, foi constituído em 26 de Agosto de 2002 ao abrigo da autorização concedida por Portaria da Ministra de Estado e das Finanças, de 10 de Maio de 2002, sucedendo à Sucursal do BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTOS, S.A. (“BAI”,.) em Portugal e tem como objecto o exercício da actividade bancária.

A Sucursal do BAI em Portugal foi constituída em Lisboa ao abrigo do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras - RGICSF), tendo o seu estabelecimento sido autorizado pela Portaria n.º 4/97, de 7 de Janeiro, do Ministro das Finanças, com o capital afecto de PTE 3.500.000.000, redenominado em Euros 17.457.926, realizado pela importação de capitais oriundos do BAI.

O BAI é um banco com capitais privados e com sede em Luanda, Angola, tendo sido constituído em 13 de Novembro de 1996, com o objecto social do exercício da actividade bancária, nos termos definidos pelo Banco Nacional de Angola (BNA). A sua actividade comercial foi iniciada em 4 de Novembro de 1997. Em 4 de Maio de 2008 alterou a sua denominação social de sociedade anónima de responsabilidade limitada (S.A.R.L.) para sociedade anónima (S.A.). Em 11 de Janeiro de 2011 o BAI alterou a sua designação de BANCO AFRICANO DE INVESTIMENTOS, S.A. para BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTOS, S.A.. O BAIE faz parte do Grupo BAI.

Actualmente o Banco exerce a sua actividade através da sua sede e de um balcão em Lisboa e de um escritório no Porto.

A actividade do BAIE está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, sendo considerado uma instituição financeira de acordo com o RGICSF.

## 2. Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

As Demonstrações financeiras agora apresentadas foram preparadas no sentido de dar cumprimento à legislação em vigor.

### 2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do BAIE e processadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, e nas Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia (UE) no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, de 21 de Fevereiro, excepto quanto às seguintes matérias:

- i) Valorimetria dos créditos a clientes e outros valores a receber – Na data do reconhecimento inicial são registados pelo valor nominal, sendo a componente de juros, comissões e custos externos imputáveis às respectivas operações subjacentes reconhecida segundo a regra de *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês;
- ii) Provisonamento de créditos a clientes e outros valores a receber – As provisões para esta classe de activos financeiros encontram-se sujeitas a um quadro mínimo de referência para constituição de provisões específicas, gerais e risco-país, nos termos definidos no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 8/2003 e n.º 3/2005; e
- iii) Activos tangíveis – Na data do reconhecimento inicial são registados ao custo de aquisição, mantendo-se subsequentemente ao custo histórico, salvo quando se verifiquem reavaliações legalmente autorizadas; e

- iv) O impacto ao nível das responsabilidades por pensões de reforma, resultante da aplicação da IAS 19 com referência a 31 de Dezembro de 2005 poderá ser reconhecido em resultados transitados, através de um plano de prestações uniformes por um prazo de 5 anos, com excepção da parte relativa a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego e alteração dos pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para as quais o prazo se estende até aos 7 anos, conforme definido nos Avisos do Banco de Portugal n.º 4/2005 e n.º12/2005, de 21 de Fevereiro e 22 de Dezembro, respectivamente.

As IAS/IFRS são as normas e interpretações adoptadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) que compreendem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) ou pelo anterior *Standard Interpretation Committee* (SIC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco em 7 de Março de 2013 e estão pendentes de aprovação em assembleia-geral de accionistas. No entanto, é do entendimento do Conselho de Administração que as demonstrações financeiras venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## **2.2 Uso de estimativas nas demonstrações financeiras**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a gestão do Banco adopte pressupostos e efectue estimativas que afectam activos, passivos, créditos e custos, nomeadamente nas áreas de:

### **Provisões para crédito concedido e de perdas por imparidade em outros activos**

O Banco aprecia mensalmente a sua carteira de crédito concedido no sentido de apurar sobre a necessidade de provisões para crédito adicionais face aos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal nos termos do Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, utilizando para o efeito estimativas sobre os fluxos de caixa recuperáveis incluindo os originados pelas eventuais recuperações e realizações de colaterais.

Com excepção dos activos valorizados ao justo valor através de resultados, os restantes activos (investimentos detidos até à maturidade, empréstimos concedidos e contas a receber, activos financeiros detidos para venda, outros activos tangíveis, activos intangíveis e activos recebidos em dação por recuperação de créditos) são sujeitos a uma análise específica em cada data de balanço para determinar a existência de perdas por imparidade. A determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade.

### **Impostos sobre lucros**

O Banco reconheceu impostos diferidos activos no pressuposto da existência de matéria colectável futura e tendo por base legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

### **Justo valor de derivados e activos financeiros não cotados**

O justo valor de instrumentos financeiros derivados e activos financeiros não cotados (i.e. não negociados em mercados activos) foi estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, utilizando pressupostos de mercado ou de entidades terceiras (notas 32). Os resultados alcançados com estes modelos dependem dos pressupostos utilizados.

### **Pensões de reforma e outros**

As responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência e o rendimento dos Fundos de Pensões constituídos para cobrir estas responsabilidades são estimados com base em tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e dos salários e de rendimento futuro dos fundos de pensões (nota 30). Estes pressupostos são baseados nas expectativas do BAIE à data de balanço, para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades.

### 2.3 Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira (IAS 21)

As demonstrações financeiras são expressas na moeda funcional, Euros, em virtude de ser a moeda utilizada no ambiente económico principal em que o Banco opera.

Os activos e passivos financeiros em moeda estrangeira são registados nas respectivas moedas de denominação (sistema *multi-currency*).

A conversão para euros dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada da seguinte forma:

- i) Os activos e passivos monetários são convertidos para moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data de balanço;
- ii) Os activos e passivos não monetários valorizados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data da transacção; e
- iii) Os activos e passivos não monetários valorizados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial das posições líquidas são reflectidas em resultados do exercício, na rubrica "Resultados de reavaliação cambial".

A posição líquida cambial à vista numa moeda resulta do saldo líquido dos activos e passivos nessa moeda, acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

A posição líquida cambial a prazo numa moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

A conversão dos réditos e dos custos em moedas estrangeiras é efectuada numa base mensal ao câmbio do final do mês.

As taxas de câmbio utilizadas no processo de conversão para a moeda funcional dos activos, passivos, réditos e custo expressos em moeda estrangeira, são as taxas divulgadas a título indicativo pelo Banco Central Europeu, designadas por taxas *fixing*.

Com o objectivo de mitigação da sua exposição ao risco cambial, o BAIE utiliza instrumentos financeiros derivados como "forwards cambiais" e "swaps cambiais". As políticas contabilísticas utilizadas no registo destas operações são descritas nas notas 2.4.2 e 2.4.6.

## 2.4 Instrumentos financeiros

### 2.4.1 Crédito a clientes e outros valores a receber

#### 2.4.1.1 Valorimetria, reconhecimento inicial e subsequente (Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal):

O crédito e outros valores a receber compreende todos os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a actividade típica da concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Conforme referido na nota 2.1, estes activos financeiros são inicialmente registados pelo valor nominal, que em geral, no momento inicial, coincide com o justo valor. Posteriormente, a componente de juros, comissões e custos externos imputáveis às respectivas operações subjacentes é reconhecida segundo a regra de *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês.

O rédito referente a comissões por serviços prestados que sejam directamente associadas a operações de crédito é reconhecido ao longo do período da execução do serviço.

O Banco procede ao abate de créditos ao activo (*write-offs*) de operações que considere irrecuperáveis e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total da operação.

#### **2.4.1.2 Desreconhecimento (IAS 39)**

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

#### **2.4.1.3 Provisionamento (Aviso n.º 3/95)**

As carteiras de créditos a clientes (nota 9), de garantias prestadas e compromissos irrevogáveis registados (nota 29) encontram-se sujeitas a um quadro mínimo de referência para constituição de provisões específicas, gerais e de risco-país, nos termos definidos no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 8/2003 e n.º 3/2005.

##### **a) Provisões para risco específico de crédito**

As provisões para risco específico de crédito são constituídas para crédito, títulos e juros vencidos e para outros créditos de cobrança duvidosa.

As provisões para crédito, títulos e juros vencidos destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança de créditos com prestações de capital ou juros vencidos não regularizados (nota 18), dependendo de eventuais garantias existentes e sendo o seu montante crescente em função do tempo decorrido desde a entrada em incumprimento (escalonamento temporal).

A prorrogação ou renovação dos créditos vencidos relativamente aos quais não foram integralmente pagos os juros ou encargos vencidos não interrompe o escalonamento temporal referido no parágrafo anterior, nem determina a isenção de constituição das respectivas provisões para crédito e juros vencidos.

As provisões para outros créditos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança das prestações vincendas, designadamente:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
  - I) Excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;
  - II) Estarem em incumprimento há mais de:
    - Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
    - Doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a 5 e inferior a 10 anos;
    - Vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.
- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a reclassificação prevista na alínea anterior, o crédito e juros vencidos de todas as operações, relativamente a esse cliente, excederem 25 % do crédito total, acrescido dos juros vencidos.

##### **b) Riscos gerais de crédito**

Estas provisões são constituídas para fazer face a riscos gerais de crédito, nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho. De acordo com o regime disposto neste Aviso, estas provisões deverão corresponder a 1,5% do crédito ao consumo e do crédito a particulares de finalidade não determinada e a um mínimo de 1% do restante crédito a clientes e não titulado concedido, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza idêntica (nota 18).

##### **c) Provisões para risco-país**

As provisões para risco-país são constituídas para fazer face ao risco imputado a todos os activos financeiros, i.e. não só activos registados na categoria de crédito a clientes e outros valores a receber, e elementos extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco (nota 18).

O regime de constituição destas provisões é o que está previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho, na Instrução do Banco de Portugal n.º 94/96, publicada no Boletim de Normas e Informações n.º 1, de 17 de Junho de 1996 e em Carta do Banco de Portugal sob a referência 46/07/DSBDR, de 22 de Junho.

#### **d) Anulação de juros (Aviso n.º 3/95)**

Os juros vencidos e não cobrados são contabilizados como juros vencidos a regularizar na data em que a cobrança se deveria ter efectivado, ficando a aguardar, pelo período máximo de 90 dias, a respectiva regularização.

Decorrido este prazo, é suspensa a contabilização dos juros em contas de proveitos relativamente ao capital registado em crédito vencido e são anulados os juros contados a partir da última prestação de juros paga, com excepção das operações de crédito com garantia das entidades indicadas no Aviso n.º 3/95 que continuarão a ser contabilizados como proveitos, durante todo o tempo em que os créditos se mantenham nesta situação. Igual tratamento será dado aos juros de créditos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura, prudentemente avaliado.

#### **2.4.2 Activos financeiros ao justo valor através de resultados (IAS 39)**

Nesta categoria encontram-se registados activos financeiros detidos para negociação, que corresponde essencialmente a instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Esta categoria inclui os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros designados na opção de justo valor. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respectivamente.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os activos que cumpram os seguintes requisitos:

- elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes, denominada “uma falta de balanceamento contabilística”);
- um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base; ou
- se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo a IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os instrumentos financeiros derivados com valor positivo, também são classificados nesta categoria como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura (nota 2.4.8).

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos no resultado do exercício nas contas de “Resultados de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados”. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram registados nesta categoria inclui o montante de juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidos em resultados.

Esta categoria de activo financeiro é abrangida pelo regime de constituição destas provisões para risco país previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho, nos termos definidos na alínea c) do ponto 2.4.1.

#### **2.4.3 Investimentos detidos até à maturidade (IAS 39)**

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas para os quais o Banco tem intenção e capacidade financeira de deter até aos respectivos vencimentos previstos. Nesta categoria encontra-se registada essencialmente a carteira de títulos de papel comercial e uma parte da carteira de obrigações.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção.

Subsequentemente, estes activos financeiros são mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo, deduzido de eventuais perdas por imparidade e de provisões para risco-país.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente todos os recebimentos ou pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto na quantia escriturada desse instrumento.

A IAS 39 considera as seguintes situações como sendo indícios de imparidade em activos financeiros mensurados ao custo amortizado:

- Significativa dificuldade financeira do devedor ou do emissor da dívida;
- Incumprimentos contratuais relacionados com pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturações dos planos financeiros do crédito para prazos mais dilatados;
- Probabilidade significativa de processo de falência ou reestruturação financeira do devedor;
- Desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro em virtude de dificuldades financeiras;
- Histórico de incumprimento ou atraso nos pagamentos do plano financeiro do crédito;
- Condições económicas adversas que se correlacionam com o efectivo ou potencial incumprimento por parte do devedor.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são abrangidos pelo regime de constituição destas provisões para risco país previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, nos termos definidos na alínea c) do ponto 2.4.1.

#### **2.4.4 Empréstimos concedidos e contas a receber (IAS 39)**

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos nas restantes categorias de activos financeiros acima referidas. Actualmente, esta categoria abrange apenas valores a receber de instituições de crédito.

A mensuração inicial e subsequente destes activos financeiros é em tudo idêntica à dos investimentos detidos até à maturidade (nota 2.4.3).

Os activos financeiros classificados nesta categoria são abrangidos pelo regime de constituição destas provisões para risco país previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, nos termos definidos na alínea c) do ponto 2.4.1.

#### **2.4.5 Activos financeiros disponíveis para venda (IAS 39)**

Activos financeiros disponíveis para venda são aqueles: (i) cuja intenção do Banco é a sua detenção por um período indeterminado de tempo (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de reavaliação em capitais próprios, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de reavaliação é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros corridos, diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e comissões incrementais, são registados em resultados, de acordo com o método de taxa efectiva. Os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos activos disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

A evidência de imparidade resulta de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, designadamente:

- (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação de montante superior a 30% do respectivo valor de aquisição, e
- (ii) para títulos não cotados, quando se verifica um evento (ou eventos) que tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade, ou quando os títulos são avaliados por entidades independentes e se essas avaliações apresentam uma desvalorização contínua, significativa e inesperada face à estratégia de investimento e rentabilidade inicialmente estimada.

O BAIE regista actualmente nesta categoria instrumentos de capital, instrumentos de dívida e unidades de participações fundos de investimento (nota 7).

Os activos financeiros classificados nesta categoria são abrangidos pelo regime de constituição destas provisões para risco país previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, nos termos definidos na alínea c) do ponto 2.4.1.

#### **2.4.6 Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (IAS 39)**

Esta categoria inclui os passivos financeiros detidos para negociação que, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura, correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa (nota 2.4.8), e aos passivos financeiros designados na opção de justo valor. Um passivo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respectivamente.

Os passivos financeiros que se encontram classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos no resultado do exercício na rubrica de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os passivos que cumpram os requisitos enumerados na nota 2.4.2.

#### **2.4.7 Outros passivos financeiros (IAS 39)**

Esta categoria inclui os recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes, e outros passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu justo valor acrescido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos financeiros são mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo.

#### 2.4.8 Instrumentos financeiros derivados (IAS 39)

Os instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Banco negocia os contratos e são subsequentemente mensurados ao justo valor. Os justos valores são obtidos através de preços de mercado cotados em mercados activos, incluindo transacções de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente: modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções. Os derivados são considerados como activos quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo.

Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rendibilidade de instrumentos de dívida ao valor das acções ou índices de acções, são bifurcados e tratados como derivados separados, quando o seu risco e características económicas não sejam claramente relacionadas com os do contrato hospedeiro e este não seja mensurado ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas na demonstração de resultados.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional).

O Banco só possui derivados de negociação nos termos da IAS 39, os quais são mensurados ao justo valor, sendo as alterações no seu valor reconhecidas imediatamente em resultados.

#### 2.5 Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis (Aviso n.º 1/2005, Instruções n.º 23/2004 e n.º 4/96)

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões e outros réditos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações (nota 29).

Estas responsabilidades são abrangidas pelo regime de constituição destas provisões para risco país previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho, nos termos definidos na alínea c) do ponto 2.4.1.

#### 2.6 Outros activos tangíveis e locações (IAS 16, Aviso n.º1/2005 e IAS 17)

Os outros activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações e perdas por imparidade. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com o número de anos de vida útil esperada, os quais se situam dentro dos limites permitidos pela legislação fiscal Portuguesa, como a seguir se indica:

	Número de anos
Imobilizações em edifícios arrendados	10
Equipamento	3 a 5
Outras imobilizações corpóreas	4 a 12

O custo de aquisição inclui despesas que sejam directamente atribuíveis à aquisição dos bens. As despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo do exercício, nas contas de “Gastos gerais administrativos”.

De acordo com a IAS 16, estes activos encontram-se sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias que indiciam que o valor de balanço excede o seu valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável resulta do maior entre dois valores, o valor de mercado do activo deduzido de custos e o seu valor de uso.

Conforme a IAS 17, o Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais. São classificadas como locações financeiras todas as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são substancialmente transferidos para o locatário. As restantes operações são classificadas como locações operacionais.

O Banco enquanto locatário, regista os contratos classificados como de locação financeira da seguinte forma:

- i) No seu início, o bem em regime de locação financeira é registado no activo em “Outros activos tangíveis” e no passivo em “Outros passivos” pelo seu justo valor que é equivalente ao seu custo de aquisição;
- ii) Subsequentemente, aquando da liquidação das rendas, a parte referente ao encargo financeiro (juros) é registada em resultado em “Juros e encargos similares”. A parte respeitante à amortização financeira do capital é deduzida à dívida registada no passivo.

Os contratos classificados como de locação operacional são registados em resultados em “Gastos gerais administrativos” no período a que respeitam.

O Banco actualmente não realiza operações de locação como locador.

### **2.7 Activos intangíveis (IAS 38)**

Esta rubrica compreende os custos de aquisição, desenvolvimento e implementação de software para ser utilizado na actividade do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade e amortizações pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são registadas como custo no exercício em que são incorridas.

O Banco não reconhece activos intangíveis gerados internamente.

### **2.8 Investimentos em associadas (IAS 28)**

Esta rubrica inclui a participação de 17% do capital e direito de voto numa empresa em que o BAIE exerce influência significativa. Este activo é registado ao custo histórico (nota 13).

A participação financeira é expressa em moeda estrangeira tendo sido convertida para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data da respectiva aquisição (nota 2.3).

### **2.9 Impostos sobre lucros (IAS 12)**

O BAIE está sujeito ao regime fiscal consignado no Código sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) e do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício às taxas de imposto legalmente em vigor em Portugal para o período em que reportam os resultados, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao montante do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal. Caso se verifiquem prejuízos fiscais reportáveis e créditos fiscais, estes são também registados como activos por imposto diferido.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

À presente data, de acordo com a legislação portuguesa, os prejuízos fiscais ocorridos em exercícios iniciados em 2012 são reportáveis durante um período de 5 anos (6 anos para os incorridos até 2009 e 4 anos para os incorridos em 2010 e 2011) após a sua ocorrência, sendo susceptíveis de dedução com o limite de 75% dos lucros fiscais gerados durante esse período.

Não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Não são igualmente registados activos por impostos diferidos referentes a participações financeiras em associadas, por não ser provável que a diferença reverta no futuro previsível.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do BAIE dizem respeito a provisões temporariamente não dedutíveis, activos financeiros disponíveis para venda e benefícios a empregados de longo prazo.

Os impostos diferidos são calculados numa base anual utilizando taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

## **2.10 Benefícios dos empregados (IAS 19)**

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com a IAS 19. Os principais benefícios de empregados são pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde pós-emprego, outros e benefícios de longo prazo e benefícios de curto prazo:

### **2.10.1 Pensões de reforma e de sobrevivência e encargos com saúde**

De acordo com o Plano de Pensões anexo ao contrato de adesão ao Fundo de pensões da PENSÕESGERE – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., o BAIE assume o compromisso de atribuir aos seus colaboradores que se encontram abrangidos em matéria de segurança social pelo Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário Português (ACTV) ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou de sobrevivência. Presentemente, estas prestações consistem numa percentagem crescente do número de anos de serviço do colaborador na banca, aplicada aos seus salários. Nesta medida, o plano classifica-se como um plano de benefício definido.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º1-A/2011, de 3 de Janeiro, os colaboradores abrangidos pelo ACTV que se encontravam em idade activa a 4 de Janeiro de 2011, passaram a ser abrangidos desde dessa data pelo Regime Geral da Segurança Social (RGSS), no que se refere apenas ao benefício de reforma de velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção, cujos encargos o Banco deixou de suportar. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do ACTV, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

O BAIE determina numa base anual o valor total destas responsabilidades, através de cálculos efectuados por actuários independentes, utilizando o método *“Unit Credit Projected”*, e pressupostos actuariais considerados adequados (nota 30). O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma e sobrevivência, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (Serviços de Assistência Medico-Social- SAMS).

Os pressupostos actuariais têm por base as expectativas de crescimento dos salários e das pensões e baseiam-se em tábuas de mortalidade utilizadas por algumas instituições que operam no mercado financeiro português. A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Até 4 de Janeiro de 2011 as responsabilidades eram exclusivamente financiadas por um fundo de pensões, sendo reconhecido em balanço na rubrica “Outros passivos” ou “Outros activos” o montante correspondente à diferença entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos do fundo de pensões à data do balanço, caso aplicável, ajustado pelos ganhos e perdas actuariais diferidos, consoante o valor dessa diferença seja positivo ou negativo. O valor do fundo de pensões corresponde ao justo valor dos seus activos à data de balanço. Da aplicação do acima referido Decreto-Lei n.º1-A/2011, o plano de benefícios definido para os colaboradores abrangidos pelo ACTV no que se refere ao benefício de reforma de velhice, passa a ser financiado pelo fundo de pensões, na parte respeitante a responsabilidades por serviços passados até 4 Janeiro de 2011, e pela Segurança Social, na parte respeitante a serviços passados após essa data. Assim, a partir de 2011, o custo do serviço corrente e o acréscimo anual de responsabilidades por serviços passados reduziram-se e o Banco, desde do início desse ano, passou a suportar um encargo adicional que corresponde a uma taxa (Taxa Social Única - TSU) de 23,6% que incide sobre a generalidade das retribuições pagas aos seus empregados abrangidos pelo ACTV.

Em 1 de Janeiro de 2011 procedeu-se à alteração da política contabilística de mensuração dos ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais (ganhos e perdas actuariais ou GPA).

Até 31 de Dezembro de 2010 os GPA eram diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite do maior dos valores apurados à data do balanço entre o montante correspondente a 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados e o montante correspondente a 10% do valor do fundo de pensões. Caso os ganhos e perdas actuariais excedessem o valor do corredor, esse excesso era reconhecido em resultados pelo período de tempo médio remanescente de serviço dos colaboradores no activo abrangidos pelo plano.

A partir de 1 Janeiro de 2011 os GPA passaram a ser reconhecidos na rubrica de “resultados transitados” em capital próprio, e apresentados na Demonstração de Rendimento Integral.

Os acréscimos de responsabilidades com serviços passados, nomeadamente os decorrentes da passagem de colaboradores à situação de reforma antecipada são reconhecidos como custos em resultados no período em que ocorrem.

Adicionalmente, o Aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal obriga a um financiamento integral das responsabilidades com pensões em pagamento e a um nível de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de colaboradores no activo.

O Banco não adoptou o regime transitório estabelecido pelo Aviso n.º 4/2005, do Banco de Portugal, que permitia o diferimento dos impactos decorrentes da adopção da IAS 19 – Benefícios aos empregados, tendo reconhecido os mesmos em resultados transitados, de acordo com o previsto nas IFRS.

Os custos com pessoal do Banco incluem os seguintes custos relativos a responsabilidades por pensões de reforma:

- custo do serviço corrente (custo do ano);
- custo dos juros da totalidade das responsabilidades; e
- rendimento esperado do fundo de pensões;

### **2.10.2 Outros benefícios de longo prazo**

Nos termos da cláusula 150 do ACTV, o Banco assumiu a responsabilidade de atribuir aos seus Colaboradores que se encontrem abrangidos neste regime e se encontrem no activo, no ano em que completem 15, 25 e 30 anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva. Por outro lado, na data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

O Banco determina anualmente o valor actual das responsabilidades passadas com prémios de antiguidade através de avaliações efectuadas por actuários qualificados e independentes utilizando o método de “*Project Unit Credit*”. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) utilizados têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e uma tábua de mortalidade que se adequa à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas com baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Estes pressupostos são iguais aos utilizados no cálculo da responsabilidade por pensões de reforma.

Contabilisticamente, o Banco regista o montante das responsabilidades apuradas como um encargo a pagar (nota 20) por contrapartida de resultados do exercício. Os pagamentos efectuados ao trabalhador abatem ao valor de provisão constituída.

Os custos com pessoal do Banco incluem os seguintes custos relativos a responsabilidades por prémios de antiguidade:

- custo do serviço corrente (custo do ano);
- custo dos juros; e
- ganhos e perdas resultantes de desvios actuariais (reconhecidos integralmente em resultados no exercício em que são originados).

### **2.10.3 Benefícios de curto prazo**

Os benefícios de curto prazo (vencimentos e encargos com vencimentos) são registados pelo valor não descontado em “Gastos com pessoal” no período a que respeitam de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

### **2.11 Provisões e passivos contingentes (IAS 37)**

Uma provisão deve ser reconhecida quando se verifique i) uma obrigação presente (legal ou construtiva) ii) resultante de um acontecimento passado, relativamente à qual se verifique iii) uma forte probabilidade de se efectuar um dispêndio de recursos e que seja iv) quantificável de um modo fiável.

Quando não seja provável a ocorrência de um dispêndio de recursos, ou a estimativa da quantia da obrigação não possa ser apurada de forma fiável, estamos perante um passivo contingente, que apenas deve ser sujeito a divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrência.

### **2.12 Activos recebidos em dação por recuperação de créditos**

Os activos recebidos em dação por recuperação de créditos, que podem corresponder a imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação em pagamento, são classificados na rubrica de “Outros activos” e são registados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos assim determinadas são registadas em resultados. São obtidas avaliações regulares, que dão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações seja inferior ao valor contabilístico.

As mais-valias potenciais em activos recebidos em dação por recuperação de crédito não são reconhecidas em balanço.

### 3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Caixa	184 899	193 539
Depósitos à ordem do Banco de Portugal	32 048 727	42 562 872
	<b>32 233 626</b>	<b>42 756 411</b>

A rubrica de Depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais ("SEBC"). Estes depósitos são remunerados à taxa de referência definida pelo Banco Central Europeu ("BCE") para as operações principais de refinanciamento.

### 4. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	2 103 874	1 395 902
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	180 757 891	83 006 241
Cheques a cobrar	3 225	50 759
	<b>182 864 990</b>	<b>84 452 902</b>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos, os quais, em regra, são cobrados nos primeiros dias úteis seguintes.

### 5. Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Nestas rubricas encontram-se registados o justo valor positivo e negativo de instrumentos derivados negociados com clientes e outras instituições de crédito.

	31-Dez-12		31-Dez-11	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Instrumentos financeiros detidos para negociação				
Swaps cambiais	-	( 320 986)	1 015 610	-
Currency Interest Rate Swaps	-	-	21 321	-
	-	<b>( 320 986)</b>	<b>1 036 931</b>	-

Nestas rubricas verifica-se o registo de operações com instrumentos financeiros que apesar de se encontrarem classificadas como de negociação nos termos da IAS 39, muitas das operações têm natureza de cobertura económica de acordo com a política do Banco de gestão de riscos cambiais e de risco de liquidez.

O resultado com estas operações apresenta-se na rubrica “Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados” (nota 24).

Apresentam-se em seguida os respectivos valores nocionais:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Swaps cambiais - compra	15 000 000	19 746 464
Swaps cambiais - venda	14 695 487	19 734 678
Currency Interest Rate Swaps - a receber	-	4 500 000
Currency Interest Rate Swaps - a pagar	-	4 245 769
	<b>29 695 487</b>	<b>48 226 911</b>

#### 6. Outros activos e passivos financeiros ao justo valor via resultados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-12		31-Dez-11	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados				
Fundos de investimento				
Não residente	5 303 069	-	7 058 624	-
	<b>5 303 069</b>	<b>-</b>	<b>7 058 624</b>	<b>-</b>
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados				
Recursos financeiros obtidos estruturados	-	(5 303 069)	-	(7 058 624)
	<b>-</b>	<b>(5 303 069)</b>	<b>-</b>	<b>(7 058 624)</b>

Na rubrica de “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” o recurso financeiro apresentado encontra-se relacionado e caucionando na totalidade ao activo subjacente indicado no quadro.

## 7. Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Instrumentos de capital		
Valorizados ao custo histórico		
Residente	353 365	353 365
Não residente		
Valor antes de Imparidade acumulada	819 687	844 690
Imparidade acumulada (nota 18)	( 148 969)	-
Valorizados ao justo valor		
Residente		
Valor antes de Imparidade acumulada	173 988	173 528
Imparidade acumulada (nota 18)	( 118 239)	( 118 239)
Instrumentos de dívida		
Valorizados ao justo valor		
Residente	1 806 418	1 066 330
Não residente	771 627	13 920 771
Juros a receber	46 073	113 242
Outros - fundos de investimento		
Valorizados ao justo valor		
Residente	755 603	755 569
Não residente		
Valor antes de Imparidade acumulada	3 453 963	4 347 555
Imparidade acumulada (nota 18)	( 802 429)	( 818 243)
<b>Total bruto</b>	<b>8 180 724</b>	<b>21 575 050</b>
<b>Total de imparidade acumulada</b>	<b>(1 069 637)</b>	<b>( 936 482)</b>
Provisões risco-país (nota 18)	-	(1 279 079)
<b>Total líquido de imparidade e provisões</b>	<b>7 111 087</b>	<b>19 359 489</b>

No exercício de 2012 foram registados na rubrica de “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” dividendos recebidos e mais-valias com transacções referentes a instrumentos de capital e de dívida e participações em fundos de investimento no montante de Euros 150 748 (Euros 295 607 em 2011).

## 8. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	590 419 888	1 045 675 864
Aplicações subordinadas	1 136 880	1 159 286
Juros a receber	2 511 909	1 014 643
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	2 000 000	38 642 863
Depósitos	120 856 602	1 500 000
Empréstimos	-	1 893 500
Outras aplicações	20 185 828	12 918 978
Juros a receber	67 121	4 771
Receitas com proveito diferido comissões	( 121 859)	( 118 836)
	<b>737 056 369</b>	<b>1 102 691 069</b>
Provisões risco-país (nota 18)	(1 489 054)	(1 704 643)
	<b>735 567 315</b>	<b>1 100 986 426</b>

O montante correspondente a “Aplicações subordinadas” constitui um depósito caução (nota 29). Os valores apresentados a 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 referem-se a garantia concedida a uma instituição de crédito pela sua representação directa em nome do BAIE no sistema de pagamentos SEPA.

As “Aplicações a muito curto prazo” têm um prazo máximo de vencimento de 2 dias úteis.

## 9. Crédito a clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Crédito não titulado		
Interno		
Empréstimos	53 444 225	53 690 154
Créditos em conta corrente	4 100 397	8 313 969
Descobertos em depósitos à ordem	1 496 615	1 741 808
Externo		
Empréstimos	50 962 030	51 105 134
Descobertos em depósitos à ordem	4 526 738	9 814 378
Juros a receber	1 456 436	494 476
Comissões mensualizadas	(1 039 805)	(411 709)
Crédito e juros vencidos	3 086 153	3 022 725
	<b>118 032 789</b>	<b>127 770 935</b>
Provisões para		
Risco-país	(1 250 921)	(718 945)
Crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido	(3 806 926)	(3 595 857)
	<b>112 974 942</b>	<b>123 456 133</b>

Os movimentos ocorridos nas provisões durante os exercícios de 2012 e 2011 são apresentados na nota 18.

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, as provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido, apresentam um nível de provisionamento acima do mínimo exigido pelo Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal de Euros 782 107 e de Euros 1 039 530, respectivamente.

Os créditos concedidos a clientes cujos termos tenham sido renegociados, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos, após reforço de garantias ou pagamento integral dos juros e outros encargos vencidos.

Nem todos créditos renegociados estariam na sua totalidade vencidos à data de referência se a renegociação não tivesse ocorrido.

Os procedimentos de reestruturação incluem: alargamento das condições iniciais de pagamento, alteração e diferimento dos pagamentos inicialmente previstos e reforço de colaterais. As práticas e políticas de reestruturação são baseadas em critérios que, do ponto de vista da gestão do Banco, indicam que os pagamentos têm elevada probabilidade de continuar a ocorrer.

Em 31 de Dezembro de 2012 as operações de crédito na carteira cujos termos e condições já tenham sido objecto de renegociação no âmbito de uma reestruturação<sup>1</sup> e que, caso contrário, estariam vencidos ascendem a Euros 5 808 864 (31 de Dezembro de 2011: Euros 11 939 286).

Todavia, estas operações não são consideradas créditos em risco nos termos definidos pela Instrução do Banco de Portugal n.º 22/2011.<sup>2</sup>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 esta rubrica apresenta a seguinte estrutura por indústria:

	<b>31-Dez-12</b>		<b>31-Dez-11</b>	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	400 000	0,3%	200 000	0,2%
Pasta de papel	-	0,0%	45 551	0,0%
Fabricação de combustíveis e produtos petrolíferos refinados	3 789 601	3,1%	-	0,0%
Indústrias metalúrgicas	1 377 866	1,2%	3 122 297	2,4%
Máquinas e equipamentos	-	0,0%	494 586	0,4%
Construção	14 011 415	11,9%	21 525 164	16,9%
Comércio e reparações	6 578 327	5,6%	8 267 635	6,5%
Administração pública (regional e local)	16 566 197	14,1%	-	0,0%
Alojamento, restauração e similares	-	0,0%	12 381 173	9,7%
Actividades financeiras e de seguros	51 117 220	43,5%	56 102 847	43,9%
Actividades imobiliárias	3 031 681	2,6%	5 240 845	4,1%
Outros serviços empresariais	15 891 639	13,5%	15 577 756	12,2%
Educação, saúde e apoio social	200 342	0,2%	535 625	0,4%
Outras actividades e Particulares	4 651 870	4,0%	4 194 689	3,3%
	<b>117 616 158</b>	<b>100,0%</b>	<b>127 688 168</b>	<b>100,0%</b>

Nota: inclui crédito e juros vencidos, não incluindo juros a receber, e comissões mensuralizadas

<sup>1</sup> De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 18/2012, um crédito pode deixar de ser identificado como reestruturado se após ter decorrido o prazo de 1 ano da data da sua reestruturação, não tenha ocorrido qualquer incumprimento ou recurso a mecanismos de reestruturação por parte do respectivo cliente, nesse período.

<sup>2</sup> De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 22/2011, o conceito de créditos em risco corresponde aos créditos cujos pagamentos de capital ou juros, tendo estado vencidos por um período igual ou superior a 90 dias, tenham sido capitalizados, refinanciados ou postecipada a sua data de pagamento, sem que tenham sido adequadamente reforçadas as garantias constituídas (devendo estas ser suficientes para cobrir o valor total do capital e juros em dívida) ou integralmente pagos pelo devedor os juros e outros encargos vencidos.

## 10. Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Títulos emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública portuguesa	62 145 169	54 502 370
De outros emissores públicos nacionais	5 359 485	6 986 335
De outros residentes		
Dívida não subordinada	32 476 306	16 649 465
Títulos emitidos por não residentes		
De outros não residentes		
Dívida não subordinada	-	2 277 807
Dívida subordinada	187 820	187 820
Juros a receber	126 045	76 268
Juros pré-pagos	( 62 319)	( 606 698)
	<b>100 232 506</b>	<b>80 073 367</b>
Provisões risco-país (nota 18)	( 18 782)	( 46 955)
	<b>100 213 724</b>	<b>80 026 412</b>

Parte dos títulos de dívida pública portuguesa encontram-se compreendidos na *pool* de activos elegíveis para garantia de operações de política monetária do Eurosistema, de recurso a facilidades de liquidez de contingência ou de concessão de crédito intradiário (nota 29).

Uma parte menor destes títulos encontra-se penhorada a favor do Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) para efeitos de substituição de parte da obrigação de pagamento da contribuição anual ao FGD através de prestação de compromisso irrevogável (nota 29).

## 11. Outros activos tangíveis

O movimento ocorrido nesta rubrica no decorrer do exercício de 2012 foi o seguinte:

	31-Dez-11				31-Dez-12					
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Trasnsferências (Valor líquido)	Abates (Valor líquido)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido
Imóveis em uso										
Obras em imóveis arrendados	212 836	( 144 230)	68 606	-	( 8 360)	-	-	212 836	( 152 590)	60 246
Equipamento										
Mobiliário e material	189 404	( 181 714)	7 690	464	( 1 860)	-	-	189 868	( 183 574)	6 294
Máquinas e ferramentas	24 635	( 23 953)	682	-	( 756)	-	-	24 635	( 24 497)	138
Equipamento informático	486 143	( 455 504)	30 639	5 243	( 20 459)	-	-	491 387	( 475 963)	15 424
Instalações interiores	210 168	( 184 891)	25 277	-	( 5 943)	-	-	210 168	( 190 834)	19 334
Equipamento de segurança	81 026	( 77 618)	3 408	-	( 2 230)	-	-	81 026	( 79 848)	1 178
Outros equipamentos	5 209	( 4 642)	567	-	-	-	-	5 209	( 4 854)	355
Activos tangíveis em curso	204 956	-	204 956	-	-	-	-	204 956	-	204 956
	<b>1 414 377</b>	<b>( 1 072 552)</b>	<b>341 825</b>	<b>5 707</b>	<b>( 39 608)</b>	-	-	<b>1 420 085</b>	<b>( 1 112 160)</b>	<b>307 925</b>

O movimento ocorrido nesta rubrica no decorrer do exercício de 2011 foi o seguinte:

	31-Dez-10				31-Dez-11					
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Trasnsferências (Valor líquido)	Abates (Valor líquido)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido
Imóveis em uso										
Obras em imóveis arrendados	212 836	( 135 870)	76 966	-	( 8 360)	-	-	212 836	( 144 230)	68 606
Equipamento										
Mobiliário e material	188 997	( 179 630)	9 367	407	( 2 084)	-	-	189 404	( 181 714)	7 690
Máquinas e ferramentas	24 635	( 23 373)	1 262	-	( 580)	-	-	24 635	( 23 953)	682
Equipamento informático	475 347	( 424 120)	51 227	10 797	( 31 385)	-	-	486 143	( 455 504)	30 639
Instalações interiores	205 589	( 176 971)	28 618	4 579	( 7 920)	-	-	210 168	( 184 891)	25 277
Equipamento de segurança	81 026	( 72 157)	8 869	-	( 5 461)	-	-	81 026	( 77 618)	3 408
Outros equipamentos	5 209	( 4 430)	779	-	( 212)	-	-	5 209	( 4 642)	567
Activos tangíveis em curso	192 685	-	192 685	12 271	-	-	-	204 956	-	204 956
	<b>1 386 324</b>	<b>( 1 016 551)</b>	<b>369 773</b>	<b>28 054</b>	<b>( 56 002)</b>	-	-	<b>1 414 377</b>	<b>( 1 072 552)</b>	<b>341 825</b>

## 12. Activos intangíveis

O movimento ocorrido nesta rubrica no decorrer do exercício de 2012 foi o seguinte:

	31-Dez-11							31-Dez-12			
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Imparidades	Transferências (Valor líquido)	Abates (Valor líquido)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	705 800	( 679 440)	26 360	-	( 19 621)	-	-	-	705 801	( 699 061)	6 740
Activos intangíveis em curso	181 053	-	181 053	74 406	-	( 255 459)	-	-	255 459	( 255 459)	-
	<b>886 853</b>	<b>( 679 440)</b>	<b>207 413</b>	<b>74 406</b>	<b>( 19 621)</b>				<b>961 260</b>	<b>( 954 520)</b>	<b>6 740</b>

O movimento ocorrido nesta rubrica no decorrer do exercício de 2011 foi o seguinte:

	30-Dez-10							31-Dez-11			
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Imparidades	Transferências (Valor líquido)	Abates (Valor líquido)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	701 627	( 638 967)	62 660	-	( 40 472)	-	4 173	-	705 800	( 679 440)	26 360
Activos intangíveis em curso	172 225	-	172 225	13 001	-	-	( 4 173)	-	181 053	-	181 053
	<b>873 852</b>	<b>( 638 967)</b>	<b>234 885</b>	<b>13 001</b>	<b>( 40 472)</b>				<b>886 853</b>	<b>( 679 440)</b>	<b>207 413</b>

## 13. Investimentos em filiais e associadas

Nesta rubrica encontra-se registado o valor correspondente à participação financeira numa empresa associada, Founton, Ltd (nota 2.8), o qual se resume como segue:

Participação efectiva (%)	Valor balanço BAIE (a)	Custo de aquisição em USD	Impacto da aplicação método de equivalência patrimonial (b) (c)	
			Em reservas de reavaliação	No resultado líquido
17,0%	948 469	834 937	3 023 216	281 277

(a): Taxa de conversão EUR/USD é de 0,8803 referente a taxa fixing histórica à data de aquisição em Novembro de 2001.

(b) Taxa de conversão EUR/USD utilizada é de 1,3194 que corresponde à taxa fixing com referência a 31 de Dezembro de 2012.

(c) Valores apurados com base nas demonstrações financeiras não auditadas da empresa participada com referência a 31 de Dezembro de 2012.

Com base numa estimativa para apuramento do justo valor da participação financeira efectuada pelo Conselho de Administração do Banco com referência a 31 de Dezembro de 2012, utilizando para o efeito informação financeira da empresa e o modelo de projecção de *cash flows* descontados, concluiu-se que o justo valor é superior ao valor de balanço, não existindo portanto qualquer evidência de imparidade ou necessidade de registar qualquer perda para esse efeito em relação ao montante do investimento reconhecido em balanço.

A 31 de Dezembro de 2012 os saldos em aberto nas demonstrações financeiras do Banco com a empresa participada encontram-se apresentados na nota 31.

#### 14. Activos e Passivos por impostos

Estas rubricas têm a seguinte composição (nota 28):

	31-Dez-12	31-Dez-11
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Em passivos	894 596	795 707
Por prejuízos fiscais	-	-
	<b>894 596</b>	<b>795 707</b>
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	( 627 405)	( 910 912)
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Em activos	( 479 494)	( 84 208)
	<b>(1 106 899)</b>	<b>( 995 120)</b>

## 15. Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Devedores e outras aplicações		
Sector público administrativo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) a recuperar	30 144	70 857
Outros	426 856	426 229
Outros devedores diversos	37 577	14 919
Activos resultantes de dações em cumprimento		
Imóveis	1 787 988	1 787 988
Imparidade acumulada (nota 18)	( 736 453)	( 485 699)
Créditos por suprimentos		
Suprimentos	190 000	190 000
Juros	3 341	6 684
Outros rendimentos a receber		
Créditos documentários	19 150	5 898
Despesas com encargo diferido		
Com operações activas		
Com instituições de crédito	408	528
Seguros	20 976	32 648
Outros custos administrativos	113 851	169 290
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (notas 2.10.1, 21 e 30)		
Pensões de reforma		
Responsabilidades por serviços passados	(1 340 265)	(1 328 359)
Valor patrimonial do fundo de pensões	1 525 661	1 404 498
Pós-emprego com cuidados médicos	( 60 149)	( 55 877)
	<b>2 019 085</b>	<b>2 239 604</b>

## 16. Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Recursos de outros bancos centrais		
à ordem	11 439	38 863 493
a prazo	400 275 912	600 570 680
juros a pagar	2 201 310	577 273
	<b>402 488 661</b>	<b>640 011 446</b>
Recursos de instituições de crédito no país		
à ordem	6 368	-
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
à ordem	50 126 986	32 208 723
a prazo	578 161 149	659 079 836
juros a pagar	189 263	474 632
	<b>628 483 766</b>	<b>691 763 191</b>
	<b>1 030 972 427</b>	<b>1 331 774 637</b>

O montante correspondente a Euros 61 864 090 ( 2011 – Euros 46 249 749) do valor total da rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – A prazo”, encontra-se a contra-garantir responsabilidades com operações de crédito a clientes, de aplicações em instituições de crédito e de títulos de investimentos detidos até à maturidade (nota 29).

## 17. Recursos de clientes e outros empréstimos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Depósitos à ordem		
De outros residentes	10 063 306	9 277 107
De não residentes	39 981 062	22 934 412
Depósitos a prazo		
De outros residentes	8 001 497	7 960 738
De não residentes	22 564 615	24 263 778
Outros recursos	163	327 546
Juros a pagar	70 493	104 417
	<b>80 681 136</b>	<b>64 867 998</b>

O montante correspondente a Euros 1 063 359 (2011 – Euros 2 163 522) do valor total da rubrica de “Recursos de clientes e outros empréstimos”, encontra-se a contra-garantir responsabilidades com operações de crédito sobre clientes e linhas de crédito irrevogáveis.

## 18. Provisões e imparidade

O movimento ocorrido nestas rubricas no decorrer do exercício de 2012 foi o seguinte:

	31-Dez-11					31-Dez-12
	Saldo inicial	Reforços	Reposições /Reversões	Recuperações /(Utilizações)	Diferenças cambiais	Saldo final
Activos financeiros disponíveis para venda						
Risco-país (nota 7)	1 279 079	135 976	(1 415 055)	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito						
Risco-país (nota 8)	1 704 643	1 348 118	(1 563 707)	-	-	1 489 054
Crédito a clientes (nota 9)						
Crédito de cobrança duvidosa	1 073 032	82 578	(373 503)	-	-	782 107
Crédito vencido	2 522 826	512 587	(10 594)	-	-	3 024 819
Risco-país	718 944	1 176 050	(644 073)	-	-	1 250 921
Investimentos detidos até à maturidade						
Risco-país (nota 10)	46 955	-	(28 173)	-	-	18 782
	<b>7 345 479</b>	<b>3 255 309</b>	<b>(4 035 105)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6 565 683</b>
Activos financeiros disponíveis para venda						
Imparidade (nota 7)	936 482	151 355	-	-	(18 200)	1 069 637
Outros activos						
Imparidade (nota 15)	485 699	250 754	-	-	-	736 453
Activos intangíveis em curso						
Imparidade (nota 12)	-	255 459	-	-	-	255 459
	<b>1 422 181</b>	<b>657 568</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(18 200)</b>	<b>2 061 549</b>
Riscos gerais de crédito						
Credito concedido	726 478	250 102	(209 657)	-	-	766 922
Credito por assinatura	81 840	512 620	(323 167)	-	-	271 294
	<b>808 318</b>	<b>762 722</b>	<b>(532 824)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 038 216</b>
	<b>9 575 978</b>	<b>4 675 599</b>	<b>(4 567 929)</b>	<b>-</b>	<b>(18 200)</b>	<b>9 665 448</b>

O movimento ocorrido nestas rubricas no decorrer do exercício de 2011 foi a seguinte:

	31-Dez-10					31-Dez-11
	Saldo inicial	Reforços	Reposições /Reversões	Recuperações /(Utilizações)	Diferenças cambiais	Saldo final
Activos financeiros disponíveis para venda						
Risco-país (nota 7)	1 206 961	296 201	( 224 083)	-	-	1 279 079
Aplicações em instituições de crédito						
Risco-país (nota 8)	-	1 704 643	-	-	-	1 704 643
Crédito a clientes (nota 9)						
Crédito de cobrança duvidosa	936 786	501 948	( 365 702)	-	-	1 073 032
Crédito vencido	1 222 753	1 526 463	( 346 390)	120 000	-	2 522 826
Risco-país	3 333 386	405 313	(3 019 755)	-	-	718 944
Investimentos detidos até à maturidade						
Risco-país (nota 10)	-	46 955	-	-	-	46 955
	<b>6 699 886</b>	<b>4 481 523</b>	<b>(3 955 930)</b>	<b>120 000</b>	<b>-</b>	<b>7 345 479</b>
Activos financeiros disponíveis para venda						
Imparidade (nota 7)	863 263	47 316	-	-	25 903	936 482
Outros activos						
Imparidade (nota 15)	67 604	418 095	-	-	-	485 699
	<b>930 867</b>	<b>465 411</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25 903</b>	<b>1 422 181</b>
Riscos gerais de crédito						
Credito concedido	618 503	238 612	( 130 637)	-	-	726 478
Crédito por assinatura	53 677	159 145	( 130 982)	-	-	81 840
	<b>672 180</b>	<b>397 757</b>	<b>( 261 619)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>808 318</b>
	<b>8 302 933</b>	<b>5 344 691</b>	<b>(4 217 549)</b>	<b>120 000</b>	<b>25 903</b>	<b>9 575 978</b>

## 19. Outros passivos subordinados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Dívida titulada emitida	-	4 500 000
Juros a pagar	-	327
	<b>-</b>	<b>4 500 327</b>

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor correspondente à dívida titulada emitida consiste na emissão de obrigações de caixa subordinadas, apresentando as seguintes características técnicas:

Emitente:	Banco BAI Europa, S.A.
Modalidade:	Emissão de obrigações de caixa subordinadas.
Data de emissão:	30 de Junho de 2004.
Data de vencimento:	8 anos, a contar da data de emissão.
Subordinação do:	Em caso de falência ou liquidação do emitente, o reembolso das obrigações, bem como o pagamento de juros, ficam subordinados ao prévio reembolso de todos os demais créditos não subordinados sobre o emitente, tendo, todavia, os respectivos detentores prioridade sobre os accionistas da sociedade emitente.
Fundos próprios:	Considerado para efeitos de fundos próprios complementares ("lower tier 2"), dentro dos limites estabelecidos no Aviso n.º 6/2010 de 30 de Dezembro, de acordo com autorização expressa do Banco de Portugal.

Em 30 de Junho de 2012 os títulos foram reembolsados na sua totalidade.

## 20. Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo		
Retenção de impostos na fonte	138 070	69 416
Contribuições para a segurança social	55 366	29 334
Cobranças por conta de terceiros	1 471	724
Contribuições para outros sistemas de saúde (SAMS)	12 367	6 172
Credores diversos	( 1 654)	( 1 581)
Despesas com encargos a pagar		
Por gastos com pessoal		
Encargos com férias e outros subsídios	128 863	282 474
Outros encargos a pagar	111 731	67 716
Receitas com rendimento diferido		
De garantias prestadas (nota 29)	1 049	1 542
De créditos documentários (nota 29)	23 144	61 912
Outros (nota 29)	9 474	9 661
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (notas 15 e 30)		
Benefícios de longo prazo - prémios de antiguidade	68 921	62 808
Operações activas a regularizar	1 931 946	236 202
	<b>2 480 748</b>	<b>826 380</b>

## 21. Capital próprio

	31-Dez-12	31-Dez-11
Capital realizado	<b>40 000 000</b>	<b>40 000 000</b>
Reservas de reavaliação		
De activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida (nota 7)	78 940	( 348 749)
Instrumentos de capital (nota 7)	( 2 364)	-
Outros (nota 7)	2 410 015	1 484 758
Reservas por impostos diferidos (nota 28)		
Por diferenças temporárias		
De activos financeiros disponíveis para venda	( 446 303)	( 84 208)
De ganhos e perdas actuariais	622	-
	<b>2 040 910</b>	<b>1 051 801</b>
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal	2 437 799	1 654 003
Resultados transitados		
Aprovados	8 624 082	5 488 898
Alterações políticas contabilísticas		
Ajustamentos de transição IFRS1 - NCA	830 264	830 264
Eliminação regra corredor IAS 19	14 503	14 503
Ganhos e perdas actuariais acumulados (notas 2.10.1, 15, 21 e 30)	( 2 346)	( 123 509)
	<b>11 904 302</b>	<b>7 864 159</b>
Resultado do exercício	<b>4 596 875</b>	<b>3 918 982</b>
	<b>58 542 087</b>	<b>52 834 942</b>

O capital, totalmente subscrito e realizado, encontra-se representado por 8.000.000 acções, escriturais e nominativas, com o valor nominal de Euros 5 cada. A 31 de Dezembro de 2012, o BAI - instituição de crédito residente em Angola, detém 99,99% do capital do Banco.

Nos termos definidos no art. 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/91, de 31 de Dezembro e respectivas alterações subsequentes, o Banco deve dispor uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de reserva legal, até ao limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados se superior.

## 22. Margem financeira

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Juros e rendimentos similares em		
Aplicações em instituições de crédito	17 426 010	15 367 454
Crédito a clientes	5 272 238	3 204 428
Investimentos detidos até à maturidade	3 059 883	2 946 368
Activos disponíveis para venda	634 387	889 558
Outros activos	8 089	19 037
Comissões recebidas ao custo amortizado em		
Aplicações em instituições de crédito	-	63 865
	<b>26 400 607</b>	<b>22 490 710</b>
Juros e gastos similares de		
Recursos de instituições financeiras	(17 427 926)	(13 549 684)
Recursos de clientes	( 458 574)	( 413 349)
Passivos subordinados	( 60 063)	( 114 371)
Comissões pagas ao custo amortizado de		
Recursos de instituições financeiras	( 120)	( 1 131)
Crédito a clientes	( 156 675)	( 115 936)
	<b>(18 103 358)</b>	<b>(14 194 471)</b>
<b>Margem financeira</b>	<b>8 297 249</b>	<b>8 296 239</b>

### 23. Rendimentos e encargos com serviços e comissões

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Rendimentos de serviços e comissões:		
Por garantias prestadas	364 475	190 895
Por serviços prestados	1 465 926	1 176 455
	<b>1 830 401</b>	<b>1 367 350</b>
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços prestados por terceiros	( 223 904)	( 127 477)
Por operações realizadas por terceiros	( 358)	( 1 462)
	<b>( 224 262)</b>	<b>( 128 939)</b>
	<b>1 606 139</b>	<b>1 238 411</b>

### 24. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

Estas rubricas têm a seguinte composição (notas 5 e 6):

	31-Dez-12	31-Dez-11
Swaps cambiais	20 508	( 62 539)
	<b>20 508</b>	<b>( 62 539)</b>

## 25. Outros resultados de exploração

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos	7 459	43 485
Outros proveitos de exploração	66	26 143
	<b>7 525</b>	<b>69 628</b>
Outros custos de exploração		
Quotizações	( 52 613)	( 53 126)
Contribuições para o Fundo Garantia de Depósitos	( 17 586)	( 22 871)
Impostos indirectos e taxas		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	( 158 715)	( 201 777)
Contribuição extraordinária para o sector bancário	( 711 400)	( 625 832)
Outros Impostos indirectos e taxas	( 20 647)	( 13 941)
Outros encargos e gastos operacionais	( 13 477)	( 11 019)
	<b>( 974 438)</b>	<b>( 928 565)</b>
	<b>( 966 913)</b>	<b>( 858 937)</b>

## 26. Custos com pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	( 556 402)	( 406 144)
Remuneração de empregados	(1 094 501)	(1 118 525)
Encargos sociais obrigatórios	( 450 126)	( 429 273)
Outros custos com pessoal	( 37 392)	( 18 152)
	<b>(2 138 421)</b>	<b>(1 972 094)</b>

O número de efectivos apresenta a seguinte estrutura:

	31-Dez-12		31-Dez-11	
	Média do período	Final do período	Média do período	Final do período
Administradores executivos	3	3	3	3
Quadros superiores	7	7	5	5
Outros quadros e colaboradores	22	22	21	22
	<b>32</b>	<b>32</b>	<b>29</b>	<b>30</b>

Para cumprimento da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, e do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro, apresentamos em seguida a Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco BAI Europa aplicável ao exercício de 2012:

#### **Definição da Política**

A política de remuneração do Banco foi definida, tendo em conta especificidades da instituição, nomeadamente a sua dimensão reduzida e a natureza simples e pouco complexa da sua actividade.

#### **Aprovação da Política**

Anualmente, é submetida a aprovação da assembleia-geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais do Banco. Por proposta do conselho de administração do Banco, a assembleia-geral na sua reunião de 30 de Abril de 2012 a aprovou a declaração de política de remunerações referente ao exercício de 2012.

#### **Administradores Executivos**

A remuneração fixa dos administradores executivos é determinada com base nas seguintes considerações:

- (i) as competências pessoais,
- (ii) o nível de responsabilidades das funções de cada um,
- (iii) o cargo que exerce no conselho de administração,
- (iv) o tempo de serviço no grupo.

A remuneração variável deverá depender dos seguintes factores:

- (i) desempenho individual;
- (ii) factores económicos;
- (iii) extensão dos riscos assumidos;
- (iv) cumprimento das regras aplicáveis à actividade do Banco;
- (v) o nível de responsabilidades das funções de cada um.

A avaliação do desempenho dos administradores executivos do Banco compete à assembleia geral e a remuneração variável referente ao exercício de 2012 encontra-se limitada ao montante máximo de 30% da remuneração anual. A avaliação do desempenho dos administradores executivos do Banco compete à assembleia-geral.

#### **Administradores Não Executivos**

A remuneração auferida por estes administradores equivale a senhas de presença para as reuniões do Conselho de Administração, não contemplando uma componente variável. De notar que estes administradores são todos não residentes.

Não existem indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do conselho de administração relativamente à cessação das suas funções durante o presente ou anteriores exercícios.

### Conselho fiscal

Os membros do conselho fiscal são pagos através da atribuição de uma remuneração fixa, determinada em função do seu respectivo cargo ocupado neste órgão e considerando a dimensão e complexidade da actividade da Instituição.

### Remunerações anuais pagas aos membros dos órgãos sociais

	2012			Gastos com remunerações	2011			Gastos com remunerações
	Remunerações pagas				Remunerações pagas			
	Fixa	Variável	Total		Fixa	Variável	Total	
<b>Administradores Executivos</b>								
Ana Paula Alcobia Gray (Vice Presidente)	177 000	13 000	190 000	191 000	168 000	-	168 000	168 000
José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira (Administrador)	167 000	13 000	180 000	183 000	82 325	-	82 325	88 917
António Manuel Pinto Duarte (Administrador)	105 974	8 000	113 974	115 035	94 624	-	94 624	94 624
<b>Administradores Não Executivos</b>								
José Carlos de Castro Paiva (Presidente)	20 000	-	20 000	20 000	12 000	-	12 000	12 000
Manuel Domingos Vicente (Vice Presidente, em funções até 9 de Fevereiro de 2012, data de apresentação da sua renúncia)	6 000	-	6 000	6 000	12 000	-	12 000	12 000
<b>Conselho Fiscal</b>								
Henrique João Lucas Marçal (Presidente)	14 800	-	14 800	14 800	5 903	-	5 903	5 903
João Eduardo Belchior Nunes (Ex-Presidente, em funções até 21 de Abril de 2011, registo comercial da cessação de funções averbado a 16 de Maio de 2011)	-	-	-	-	5 500	-	5 500	5 500
António Maria Veiga Anjos (Vogal)	11 200	-	11 200	11 200	9 600	-	9 600	9 600
José Augusto Viegas Severo (Vogal)	11 200	-	11 200	11 200	9 600	-	9 600	9 600
	<b>513 174</b>	<b>34 000</b>	<b>547 174</b>	<b>552 235</b>	<b>399 552</b>	<b>-</b>	<b>399 552</b>	<b>406 144</b>

Os gastos com remunerações acima apresentados não incluem os encargos sociais obrigatórios suportados pelo Banco em sede de segurança social, que de uma forma geral, correspondem a valores que resultam de taxas, que variam entre 16,4% e 23,6%, aplicadas sobre as remunerações pagas aos órgãos sociais.

A remuneração variável paga é pecuniária e não é se verifica a existência de remuneração diferida não paga.

No ano de 2012 não foram nomeados novos membros dos conselhos de administração e fiscalização do Banco.

O Banco não assume quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou sobrevivência, adiantamentos, créditos ou garantias de qualquer espécie para com os membros dos conselhos de administração e de fiscalização.

## 27. Gastos gerais administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Serviços especializados	( 743 441)	( 634 612)
Rendas e alugueres	( 354 212)	( 349 832)
Comunicações	( 157 207)	( 203 617)
Conservação e reparação	( 7 793)	( 11 834)
Deslocações, estadas e representação	( 27 851)	( 25 188)
Água, energia e combustíveis	( 31 502)	( 31 775)
Material de consumo corrente	( 18 419)	( 17 759)
Publicações e publicidade	( 31 666)	( 8 040)
Formação de pessoal	( 1 005)	( 11 649)
Seguros	( 9 399)	( 9 833)
Outros	( 2 016)	( 2 641)
	<b>(1 384 511)</b>	<b>(1 306 780)</b>

Dando cumprimento à alínea b) do n.º 1 do artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se em seguida os honorários totais pelos serviços contratados durante o exercício com a sociedade de revisores oficiais de conta, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda:

	2012	2011
Revisão Legal de Contas anuais e Revisão Limitada das contas semestrais	49 000	49 000
Serviços de garantia e fiabilidade	11 000	11 000
	<b>60 000</b>	<b>60 000</b>

Os gastos suportados com estes serviços encontram-se registados na rubrica de “Serviços especializados”.

## 28. Impostos sobre lucros

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante o exercício de 2012 foi o seguinte (nota 14):

	<u>31-Dez-11</u>			<u>31-Dez-12</u>
	Saldo inicial	Reservas	Resultados	Saldo final
Activos por imposto diferido				
Provisão para crédito	779 063	-	52 138	831 201
Prémio antiguidade ACTV	16 644	-	1 620	18 264
Perdas por imparidade em activos intangíveis	-	-	45 131	45 131
	<b>795 707</b>	<b>-</b>	<b>98 889</b>	<b>894 596</b>
Passivos por imposto diferido				
Activos financeiros disponíveis para venda	( 84 208)	(362.095)	-	( 446 303)
Pensões de reforma e cuidados médicos pós-emprego	-	621	( 33 812)	( 33 191)
	<b>( 84 208)</b>	<b>( 361 474)</b>	<b>( 33 812)</b>	<b>( 479 494)</b>
	<b>711 499</b>	<b>( 361 474)</b>	<b>65 077</b>	<b>415 102</b>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante o exercício de 2011 foi o seguinte (nota 14):

	<u>31-Dez-10</u>			<u>31-Dez-11</u>
	Saldo inicial	Reservas	Resultados	Saldo final
Activos por imposto diferido				
Provisão para crédito	494 386	-	284 677	779 063
Prémio antiguidade ACTV	14 255	-	2 389	16 644
	<b>508 641</b>	<b>-</b>	<b>287 066</b>	<b>795 707</b>
Passivos por imposto diferido				
Activos financeiros disponíveis para venda	( 158 086)	73.878	-	( 84 208)
	<b>( 158 086)</b>	<b>73 878</b>	<b>-</b>	<b>( 84 208)</b>
	<b>350 555</b>	<b>73 878</b>	<b>287 066</b>	<b>711 499</b>

Apresentamos em seguida os prazos de expectativa de recuperação dos activos e passivos por impostos diferidos:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Activos por impostos diferidos		
Em menos de 12 meses	22 566	-
Em mais de 12 meses	872 031	795 707
Passivos por impostos diferidos		
Em mais de 12 meses	( 479 494)	( 84 208)
	<b>415 102</b>	<b>711 499</b>

A taxa nominal de imposto decompõe-se como segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
IRC - Escalão superior	25,0%	25,0%
IRC - 1º Escalão	0,0%	12,5%
Derrama	1,5%	1,5%
Derrama estadual	3,0%	2,5%

A parte da matéria colectável, superior a EUR 12 500, é dividida em duas partes: uma, igual ao limite do 1.º escalão, à qual se aplica a taxa correspondente e acima indicada; a outra, igual ao excedente, a que se aplica a taxa do escalão superior. Apenas aplicável no exercício de 2011.

A Derrama estadual é uma taxa adicional apenas aplicável à parte do lucro tributável superior a EUR 1 500 000 no exercício de 2012, e a EUR 2 000 000 no exercício de 2011.

No exercício de 2012 e 2011, o encargo com impostos sobre lucros reconhecido em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, são apresentados em seguida:

	2012	2011
Impostos correntes		
Do exercício	(2 550 006)	(2 223 996)
Correcções de impostos de exercícios anteriores	60	( 5 521)
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	65 077	287 067
<b>Total dos impostos em resultados</b>	<b>(2 484 869)</b>	<b>(1 942 450)</b>
Resultado antes de impostos	7 081 744	5 861 432
<b>Carga fiscal</b>	<b>-35,1%</b>	<b>-33,1%</b>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificadas no exercício de 2012 e 2011 é apresentada em seguida:

	2012		2011	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		7 081 744		5 861 432
Imposto apurado com base na taxa nominal - 1º Escalão	0,0%	-	-12,5%	( 1 563)
Imposto apurado com base na taxa nominal - Escalão superior	-25,0%	(1 770 436)	-25,0%	(1 462 232)
Ajustamentos ao lucro contabilístico:				
Contribuição extraordinária para o sector bancário	-2,5%	( 177 850)	-2,7%	( 156 925)
Provisões e imparidades	-2,4%	( 170 526)	-5,2%	( 302 598)
Outros proveitos e custos tributáveis	-0,2%	( 14 891)	-0,1%	( 8 757)
Pensões de reforma e outros benefícios	-0,1%	( 3 758)	0,0%	( 762)
Resultados de sociedade em regime transparência fiscal	-1,0%	( 70 319)	-0,3%	( 19 846)
Amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores	0,3%	21 288	0,0%	-
Benefícios fiscais	0,1%	4 615	0,1%	4 055
Eliminação dupla tributação internacional	0,0%	415	0,0%	1 867
Tributação autónoma e derramas	-5,2%	( 368 544)	-4,7%	( 277 234)
Correcções de impostos de exercícios anteriores		60		( 5 521)
Impostos diferidos:				
Provisão para crédito	0,7%	52 138	4,9%	284 677
Prémio antiguidade ACTV	0,0%	1 620	0,0%	2 389
Perdas por imparidade em activos intangíveis	0,6%	45 131	0,0%	-
Pensões de reforma e cuidados médicos pós-emprego	-0,5%	( 33 812)	0,0%	-
	<b>35,1%</b>	<b>(2 484 869)</b>	<b>33,1%</b>	<b>(1 942 450)</b>

## 29. Rubricas extrapatrimoniais

Os passivos e activos contingentes encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Passivos eventuais		
Garantias e avales	424 263	393 611
Créditos documentários abertos	15 258 326	29 588 247
Activos dados em garantia (notas 8 e 10)	2 648 652	2 445 524
Fianças	500	500
Compromissos perante terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis	27 158 630	10 867 937
Outros	1 263 200	1 288 095
Responsabilidades por prestação de serviços		
De depósito e guarda de valores	2 747 206	2 747 155
De cobrança de valores	3 225	50 759
Compromissos assumidos por terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis	1 343 406	41 713 347
Garantias recebidas (notas 16 e 17)	150 395 196	112 714 689
	<b>201 242 604</b>	<b>201 809 864</b>

A rubrica correspondente a “Compromissos perante terceiros – Linhas de crédito irrevogáveis” diz respeito a linhas de crédito concedidas irrevogavelmente a clientes que não se encontram a ser utilizadas.

O valor apresentado na rubrica “Compromissos assumidos por terceiros – Linhas de crédito irrevogáveis” diz respeito a linhas de crédito concedidas a favor do Banco.

A rubrica de “Activos recebidos em garantia” apresenta em 31 de Dezembro de 2012 a seguinte decomposição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Depósitos caução (notas 16 e 17)	71 977 618	57 117 609
Penhor e caução de títulos	8 575 429	15 758 722
Hipoteca de imóveis e terrenos	8 631 052	9 494 965
Garantias reais de outros activos (nota 5)	7 898 554	12 101 143
Avales e outras garantias pessoais	53 312 543	18 242 250
	<b>150 395 196</b>	<b>112 714 689</b>

Os depósitos caução recebidos dizem respeito a depósitos a prazo constituídos junto do Banco ou de outras instituições do grupo BAI e encontram-se valorizados pelos respectivos montantes apresentados no balanço. As hipotecas de imóveis e terrenos encontram-se registadas pelo menor dos dois valores, o valor de avaliações efectuadas por técnicos especializados independentes, ou o valor do crédito associado. Os Penhores e as cauções de títulos de capital e de dívida referem-se a garantias recebidas para cobertura do risco de operações de crédito a clientes os quais se encontram valorizados ao valor nominal. Os avales e outras garantias pessoais dizem igualmente respeito a garantias recebidas para cobertura do risco de operações de crédito a clientes encontrando-se valorizados pelo valor da responsabilidade a cobrir que se encontra em aberto à data de referência.

### **30. Responsabilidade com pensões de reforma e de sobrevivência e outros benefícios de empregados pós-emprego e de longo prazo**

Tal como descrito na nota 2.10, o Banco assume o compromisso de atribuir aos seus colaboradores abrangidos pelo ACTV ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou de sobrevivência, nos termos acordados no âmbito do ACTV anexo ao contrato de adesão ao Fundo de pensões da PensõesGere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Com a publicação do Decreto-Lei n.º1-A/2011, de 3 de Janeiro, os colaboradores abrangidos pelo ACTV que se encontravam em idade activa em 4 de Janeiro de 2011, passaram a ser abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social (RGSS), no que se refere ao benefício de reforma de velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção, cujos encargos o Banco deixou de suportar. Deste modo a partir dessa data, o plano de benefícios definido para os colaboradores abrangidos pelo ACTV no que se refere ao benefício de reforma de velhice, passa a ser financiado pelo Fundo de Pensões, para as responsabilidades por serviços passados até essa data, e pela Segurança Social, para as responsabilidades por serviços passados a partir dessa data. Mantém-se no entanto como responsabilidade do Fundo de Pensões após 4 de Janeiro de 2011, a cobertura das responsabilidades por morte e invalidez, sobrevivência, bem como o complemento de velhice de modo a equiparar a reforma dos participantes no Fundo de Pensões aos valores do actual plano de pensões.

A determinação do montante das responsabilidades por serviços passados de colaboradores do Banco, é efectuada em conformidade com o estabelecido na IAS 19.

A PensõesGere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade a quem compete a responsabilidade de elaborar as avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência, bem como a de gerir o fundo de pensões.

O método de valorização actuarial utilizado é o *Projected unit credit*.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os colaboradores e pensionistas beneficiários de plano de pensões financiados pelo fundo de pensões são em número de:

	<b>31-Dez-12</b>	<b>31-Dez-11</b>
Colaboradores - população activa	10	10
Pensionistas	1	1
Reformados por velhice	1	1
Ex-participantes	22	22

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	Pressupostos		Verificados	
	31-Dez-12	31-Dez-11	31-Dez-12	31-Dez-11
Hipóteses financeiras verificadas:				
Taxa de rendimento do Fundo	4,50%	5,00%	9,78%	-2,27%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	3,00%	2,85%	1,12%
Taxa técnica de juro	4,50%	5,00%	4,50%	5,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	2,00%	0,00%	0,00%
Hipóteses demográficas verificadas:				
Tábua de mortalidade	TV88/90	TV88/90	-	-
Tábua de invalidez	SuisseRe	SuisseRe	-	-
Idade normal de reforma	65 anos	65 anos	-	-
Percentagem de casados	80,00%	80,00%	-	-

No âmbito do Plano de Pensões do ACTV, o estudo actuarial que serviu de base aos registos a 31 de Dezembro de 2012 contempla o período de serviço total na banca de todos os colaboradores ao serviço do BAIE nessa data. Relativamente à população composta pelos ex-participantes no fundo, o período considerado para efeito de cálculo de responsabilidades foi o tempo de serviço no BAIE.

Adicionalmente, o Banco reconhece as responsabilidades com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e com benefícios de empregados de longo prazo (prémio de antiguidade ACTV). O montante de responsabilidades com o SAMS e com os prémios de antiguidades é a seguinte:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Responsabilidades com serviços passados com cuidados médicos - SAMS (notas 15 e 20)	60 149	55 877
Variação custo (ganho) do exercício	4 272	3 997
Responsabilidades com serviços passados com prémio antiguidade - ACTV (nota 20)	68 921	62 808
Variação custo (ganho) do exercício	6 113	9 014

A cobertura das responsabilidades com invalidez e sobrevivência imediata de todos os colaboradores é efectuada, de forma irrevogável, através de um contrato de seguro de vida risco que apresenta as seguintes condições:

Seguradora:	Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.
Tomador do seguro:	Banco BAI Europa, S.A.
Duração do Contrato:	Contrato anual, sendo automaticamente renovado por períodos sucessivos de um ano no dia 1 de Janeiro de cada ano.
Grupo segurável:	Trabalhadores permanentes do tomador do seguro, que tenham idade actuarial inferior a 65 anos, que não se encontrem em baixa clínica à data de aceitação do risco pela seguradora, e que sejam aceites as respectivas propostas de adesão.
Beneficiários:	Fundo de Pensões Horizonte Valorização.

A cobertura financeira das responsabilidades por serviços passados é:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Responsabilidades totais passadas		
Responsabilidade de pensões em pagamento (a)	227 835	236 812
Responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo (b)	1 112 430	1 091 547
	<b>1 340 265</b>	<b>1 328 359</b>

A situação patrimonial do fundo de pensões é:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Situação patrimonial do fundo de pensões		
Saldo inicial	1 404 498	1 455 629
Rendimento do fundo de pensões (líquido)	139 290	( 33 004)
Contribuições para o fundo de pensões	-	-
Pensões de reforma pagas pelo fundo de pensões	( 5 298)	( 5 298)
Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo de pensões	( 12 829)	( 12 829)
Outras variações líquidas	-	-
	<b>1 525 661</b>	<b>1 404 498</b>
Grau de cobertura	113,8%	105,7%
Nível mínimo de responsabilidades a cobrir [95% de (b) + 100% de (a)]	1 284 644	1 273 782
Valor necessário a transferir para o fundo de pensões	-	-

Para além do Plano de Pensões do ACTV, o BAIE concedeu aos seus trabalhadores uma pensão complementar até 30 de Junho de 2005, prevista no Plano Complementar ao ACTV. No âmbito deste plano, os trabalhadores vinculados nessa data têm direito a uma pensão complementar de reforma e sobrevivência, calculada em função do tempo de serviço prestado no BAIE e o salário auferido até essa mesma data. Considerando que de acordo com o Contrato de Adesão Colectiva estas responsabilidades deveriam encontrar-se transferidas para uma adesão individual ou para outro fundo de pensões que respeite a legislação em vigor, em 2010 efectuou-se a transferência das respectivas adesões individuais no valor que correspondente a EUR 93 633.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 as demonstrações financeiras registam os seguintes elementos relacionados com a cobertura de responsabilidades por pensões:

	<b>31-Dez-12</b>	<b>31-Dez-11</b>
Responsabilidades totais		
Total de responsabilidades por pensões em pagamento	227 835	236 812
Total de responsabilidades por serviços passados	1 112 430	1 091 547
	<b>1 340 265</b>	<b>1 328 359</b>
Situação patrimonial do fundo de pensões (nota 15)	1 525 661	1 404 498
Provisão para responsabilidades com pensões de reforma (nota 15)	1 340 265	1 328 359
Ganhos (perdas) actuariais reconhecidos em resultados transitados (nota 15 e 21):		
Variação anual	121 163	( 46 580)
Valor acumulado	( 2 346)	( 123 509)

Na composição dos activos do fundo de pensões não se encontra nenhum: i) activo que esteja a ser utilizado pelo Banco; e ii) título emitido pelo Banco.

Os valores reflectidos nos custos com pessoal (nota 26) com responsabilidades com pensões de reforma do Banco no exercício de 2012 e de 2011 são os seguintes:

	<b>31-Dez-12</b>	<b>31-Dez-11</b>
Montante de custos líquidos reconhecidos:		
Custo do serviço corrente	( 4 467)	( 3 011)
Custo dos juros	65 966	64 811
Rendimento esperado dos activos do fundo de pensões	( 49 593)	( 64 500)
Contribuições de colaboradores	( 7 260)	( 7 260)
<b>Total</b>	<b>4 646</b>	<b>( 9 960)</b>

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2012 e de 2011, no valor actual das responsabilidades por serviços passados foi como segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
<b>Responsabilidades no início do exercício</b>	<b>1 328 359</b>	<b>1 305 261</b>
Custo do serviço corrente	( 4 467)	( 3 011)
Custo dos juros	65 966	64 811
Rendimento esperado dos activos do fundo de pensões	( 49 593)	( 64 500)
Perdas e (ganhos) actuariais reconhecidos em resultados transitados (nota 21)	( 121 163)	76 929
Pensões de reforma pagas pelo fundo de pensões	( 5 298)	( 5 298)
Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo de pensões	( 12 829)	( 12 829)
Rendimento líquido do fundo	139 290	( 33 004)
<b>Responsabilidades no final do exercício</b>	<b>1 340 266</b>	<b>1 328 359</b>

Os desvios actuariais que ocorreram nos exercícios de 2012 e de 2011 foram registados como segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Perdas e (ganhos) actuariais		
Relativos a diferenças entre os pressupostos e os valores realizados:	( 113 899)	76 929
Relativos a alterações de :		
Metodologia	-	-
Pressupostos actuariais	( 7 264)	-
<b>Total</b>	<b>( 121 163)</b>	<b>76 929</b>
Perdas e (ganhos) actuariais		
Actuariais	( 31 467)	( 20 575)
Financeiras	( 89 696)	97 504
<b>Total</b>	<b>( 121 163)</b>	<b>76 929</b>

Em 31 de Dezembro 2012 e de 2011 os elementos que compõem o valor do activo do Fundo de Pensões apresentam a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Liquidez	9,19%	15,17%
Obrigações	62,56%	60,39%
Acções	24,19%	21,10%
Imobiliário e <i>hedge funds</i>	3,37%	3,34%
Activos mistos	0,69%	0,00%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

### 31. Partes relacionadas

Nos termos da IAS 24, são consideradas partes relacionadas do BAIE as empresas controladas pelo Grupo BAI, os Administradores das empresas do Grupo BAI, a empresa associada e outras entidades com relação de influência significativa no BAIE.

Em 31 de Dezembro de 2012 o balanço, as rubricas extrapatrimoniais e a demonstração dos resultados do Banco incluem os seguintes saldos com entidades relacionadas:

	Associada	Órgãos sociais Grupo BAI	Empresas do Grupo BAI	Outras entidades relacionadas	Total
<b>Activos</b>					
Aplicações em instituições de crédito (nota 8)	-	-	13 327 549	-	13 327 549
Activos financeiros disponíveis para venda (nota 7)	-	-	-	353 365	353 365
Crédito a clientes (nota 9)	3 031 681	1 625 663	-	17 740 178	22 397 522
Investimentos detidos até à maturidade (nota 10)	-	-	188 374	-	188 374
Investimentos em filiais e associadas (nota 13)	948 469	-	-	-	948 469
Outros activos (nota 15)	-	-	-	230 820	230 820
<b>Passivos</b>					
Outros passivos fin. ao justo valor via resultados (nota 6)	-	-	5 303 069	-	5 303 069
Recursos de outras instituições de crédito (nota 16)	-	-	588 343 213	-	588 343 213
Recursos de clientes e outros empréstimos (nota 17)	652 116	492 701	-	678 254	1 823 071
<b>Rubricas Extrapatrimoniais (nota 29)</b>					
Créditos documentários abertos	-	-	13 722 341	-	13 722 341
Activos recebidos em garantia	1 372	1 763 796	61 482 757	4 439 601	67 687 526
Compromissos perante terceiros					
Linhas de crédito irrevogáveis	-	-	-	6 758	6 758
<b>Total</b>	<b>4 633 638</b>	<b>3 882 160</b>	<b>682 367 303</b>	<b>23 448 976</b>	<b>714 332 077</b>
<b>Rendimentos</b>					
Juros e rendimentos similares (nota 22)	143 851	24 321	532 838	499 395	1 200 405
Rendimentos de serviços e comissões (nota 23)	3 173	585	493 203	93 817	590 778
Outros ganhos de exploração (nota 25)	-	-	280	25 150	25 430
<b>Gastos</b>					
Juros e gastos similares (nota 22)	( 669)	( 5 488)	(5 889 769)	( 750)	(5 896 676)
Encargos com serviços e comissões (nota 23)	-	-	( 156 676)	-	( 156 676)
Custos com pessoal (nota 26)	-	( 450 235)	-	-	( 450 235)
Gastos gerais administrativos (nota 27)	-	-	-	( 37 478)	( 37 478)
<b>Total</b>	<b>146 355</b>	<b>( 430 817)</b>	<b>(5 020 124)</b>	<b>580 134</b>	<b>(4 724 452)</b>

Relativamente aos saldos e transacções com outras entidades relacionadas, referem-se essencialmente com empresas do grupo Sonangol, accionista de referência casa mãe do BAIE, o BAI.

Em 31 de Dezembro de 2011 o balanço, as rubricas extrapatrimoniais e a demonstração dos resultados do Banco incluem os seguintes saldos com entidades relacionadas:

	Associada	Órgãos sociais grupo BAI	Empresas do grupo BAI	Outras entidades relacionadas	Total
<b>Activos</b>					
Aplicações em instituições de crédito (nota 8)	-	-	6 199 599	-	6 199 599
Activos financeiros disponíveis para venda (nota 7)	-	-	-	353 365	353 365
Crédito a clientes (nota 9)	3 682 438	1 666 095	-	20 429 915	25 778 448
Investimentos detidos até à maturidade (nota 10)	-	-	188 343	-	188 343
Investimentos em filiais e associadas (nota 13)	948 469	-	-	-	948 469
Outros activos (nota 15)	-	-	-	200 184	200 184
<b>Passivos</b>					
Outros passivos fin. ao justo valor via resultados (nota 6)	-	-	7 058 624	-	7 058 624
Recursos de outras instituições de crédito (nota 16)	-	-	651 246 647	-	651 246 647
Recursos de clientes e outros empréstimos (nota 17)	430 896	1 733 160	-	420 308	2 584 364
Outros passivos subordinados (nota 19)	-	-	4 500 327	-	4 500 327
<b>Rubricas Extrapatrimoniais (nota 29)</b>					
Créditos documentários abertos	-	-	29 588 247	-	29 588 247
Activos recebidos em garantia	1 341	1 805 210	47 511 943	3 864 286	53 182 780
Compromissos perante terceiros					
Linhas de crédito irrevogáveis	-	-	3 000 000	6 891	3 006 891
Swaps cambiais	-	-	8 745 769	-	8 745 769
<b>Total</b>	<b>5 063 144</b>	<b>5 204 465</b>	<b>758 039 499</b>	<b>25 274 949</b>	<b>793 582 057</b>
<b>Rendimentos</b>					
Juros e rendimentos similares (nota 22)	146 481	21 194	114 605	355 576	637 856
Rendimentos de serviços e comissões (nota 23)	5 828	722	270 794	12 966	294 122
Outros ganhos de exploração (nota 25)	74	-	-	25 150	25 224
<b>Gastos</b>					
Juros e gastos similares (nota 22)	-	( 17 103)	(1 675 827)	-	(1 692 930)
Custos com pessoal (nota 26)	-	( 349 710)	-	-	( 349 710)
Gastos gerais administrativos (nota 27)	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>152 383</b>	<b>( 344 897)</b>	<b>(1 290 428)</b>	<b>393 692</b>	<b>(1 085 438)</b>

## 32. Divulgações relativamente a instrumentos financeiros (IFRS 7)

Além de outras divulgações já efectuadas neste âmbito ao longo de algumas das notas anteriores, apresentamos em seguida informação adicional exigida nos termos da IFRS 7.

### Riscos de crédito e de concentração de crédito e fundos próprios

Globalmente, o risco de crédito do activo do Banco é representado por dois grandes grupos de operações, exposição a instituições de crédito, essencialmente no mercado monetário interbancário e crédito a clientes titulado ou não titulado.

A **carteira de crédito a clientes** é composta quase na sua totalidade por crédito a empresas (nota 9). O actual processo de gestão do risco de crédito a clientes é em função das características específicas do cliente e do produto, e da fase do ciclo de crédito. São efectuadas análises de risco de crédito com base na informação financeira actualizada do cliente e com base em outra informação adicional (capacidade de gestão, expectativas futuras, comportamento e expectativas do mercado específico, capacidade competitiva, *cash-flow* previsional, etc.). Periodicamente é solicitado aos clientes informação financeira actualizada para efeitos de acompanhamento da qualidade do risco da exposição.

Adicionalmente, são definidos limites máximos de exposição por:

- i) Cliente ou por grupo de clientes ligados entre si e por mercados emergentes em função dos fundos próprios do Banco;
- ii) Sector de actividade e por país em função do seu peso relativo no total da carteira e dos fundos próprios do Banco.

Apresenta-se em seguida os fundos próprios e requisitos de fundos próprios do Banco determinados nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2010, de 30 de Dezembro:

	31-Dez-12	31-Dez-11
<b>Fundos próprios totais (1+2+3)</b>	<b>57 046 986</b>	<b>52 017 498</b>
<b>1. Fundos Próprios de Base (Core tier 1)</b>	<b>54 923 151</b>	<b>49 641 039</b>
Capital realizado (nota 21)	40 000 000	40 000 000
Reservas legais (nota 21)	2 437 800	1 654 003
Reservas por impostos diferidos (nota 21)	( 445 682)	( 84 208)
Perdas não realizadas com activos disponíveis para venda (notas 7 e 21)	( 4 835)	-
Resultados transitados (nota 21)	9 468 848	6 333 665
Activos intangíveis líquidos (nota 12)	( 6 740)	( 207 413)
Resultado líquido do primeiro semestre auditado (nota 21) (a)	3 476 106	2 068 501
Perdas actuariais com responsabilidades c/pensões de reforma (notas 21 e 30)	( 2 346)	( 123 509)
<b>2. Fundos Próprios Complementares (Tier 2)</b>	<b>2 123 835</b>	<b>2 376 459</b>
Empréstimos subordinados (nota 19)	-	900 000
Provisões para riscos gerais de crédito (nota 18)	1 038 216	808 318
45% dos ganhos não realizados com activos disponíveis p/venda (notas 7 e 21)	1 085 619	668 141
<b>3. Riscos cobertos por fundos próprios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(a) Os Resultados líquidos referentes aos segundos semestres de 2012 e 2011 só são elegíveis para o apuramento de fundos próprios após a data de emissão da Certificações Legais de Contas referentes aos respectivos exercícios completos.

	31-Dez-12	31-Dez-11
Fundos próprios totais	57 046 986	52 017 498
Requisitos para risco de crédito (activos e extrapatrimoniais ponderados) e risco operacional	374 220 133	407 326 347
Rácio de Adequação de Fundos Próprios (solvabilidade)	15,2%	12,8%
Rácio Core Tier 1	14,7%	12,2%

Durante os exercícios de 2012 e de 2011, o Banco cumpriu todos os requisitos de fundos próprios definidos pela entidade de supervisão bancária, o Banco de Portugal, nomeadamente as exigências definidas pelos Avisos n.º 5/2007 e n.º 9/2007, ambos de 27 de Abril, e pelo Aviso n.º 3/2011, de 18 de Maio, os quais definem as obrigações das instituições de crédito e empresas de investimento relativamente aos requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos de crédito e operacional.

Relativamente às exposições com **instituições de crédito**, são definidos limites de contraparte com base na informação financeira disponível por instituição de crédito, incluindo a respectiva notação de *rating* definida pelas agências internacionais. Periodicamente, são revistos os limites de contraparte através de análises internas baseadas em informação financeira actualizada de mercado e das respectivas contrapartes.

Em 31 de Dezembro de 2012 o crédito e juros vencidos apresentam a seguinte decomposição por classe de incumprimento:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Crédito e juros vencidos:		
Créditos e juros vencidos a menos de 90 dias	61 954	27 205
Créditos vencidos entre 6 a 12 meses	-	62 220
Créditos vencidos entre 12 a 36 meses	2 420 599	2 933 300
Créditos vencidos a mais de 36 meses	603 600	-
<b>Total</b>	<b>3 086 153</b>	<b>3 022 725</b>

#### Risco de mercado

O risco de mercado provém da variação do preço de instrumentos que resulta de alterações em taxas de juro, taxas de câmbio, preço de acções ou preço de *commodities*.

Na actual estratégia de gestão do balanço do Banco, o activo que se encontra mais sujeito a alterações de mercado é a carteira de crédito titulado e de outros títulos (notas 7 e 10) que se encontra classificada quer como investimento detido até à maturidade quer como activos disponíveis para venda. A análise de risco destes instrumentos financeiros é efectuada na perspectiva do risco de crédito e não na perspectiva do risco de mercado, considerando que a tomada de posição nestes activos é efectuada numa óptica de investimento e não tem como objectivo a realização de mais-valias com venda antecipada.

Paralelamente, existe uma carteira de títulos de capital que representa uma parcela sem qualquer expressão relevante do total dos activos do Banco. Consequentemente o seu acompanhamento não necessita de desenvolvimento de um modelo de gestão de risco específico.

### Risco de liquidez

Diariamente, são produzidos mapas com informação sobre os prazos residuais dos activos e passivos financeiros por moeda, calculando-se para cada intervalo de tempo, a diferença, em montante, entre *cash inflow* e *cash outflows* e o respectivo *gap* de liquidez, por período temporal e acumulado.

Com este conjunto de informação, torna-se possível identificar atempadamente alguns dos *gaps* de liquidez no sentido de planear a cobertura dinâmica dos mesmos, e por outro lado apurar os recursos financeiros disponíveis para serem aplicados.

Por outro lado, na estratégia de gestão de activos e passivos do balanço, o Banco mantém, actualmente, uma carteira significativa de activos líquidos ou liquidáveis a muito curto prazo, face à natureza e duração dos passivos, que facilita a gestão da liquidez para o período crítico de 1 a 30 dias. A política de gestão de risco de liquidez do Banco determina limites de posição de tesouraria em função do volume de recursos totais do Banco para vários prazos temporais.

Em 31 de Dezembro de 2012 os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros são os seguintes:

	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos ou indeterminado	Total
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	32 233 626	-	-	-	32 233 626
Disponibilidades em outras instituições de crédito	182 864 990	-	-	-	182 864 990
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados	-	-	-	5 303 069	5 303 069
Activos financeiros disponíveis para venda	46 073	380 351	2 197 694	4 486 969	7 111 087
Aplicações em instituições de crédito	708 095 991	26 334 444	-	1 136 880	735 567 315
Crédito a clientes	17 316 795	23 256 000	53 918 418	18 483 729	112 974 942
Investimentos detidos até à maturidade	95 404 871	3 109 500	1 699 353	-	100 213 724
Investimentos em filiais e associadas	-	-	-	948 469	948 469
	<b>1 035 962 346</b>	<b>53 080 295</b>	<b>57 815 465</b>	<b>30 359 116</b>	<b>1 177 217 222</b>
<b>Passivo</b>					
Recursos de bancos centrais	(402 488 661)	-	-	-	(402 488 661)
Outros passivos financeiros ao justo valor via resultados	-	-	-	(5 303 069)	(5 303 069)
Recursos de outras instituições de crédito	(596 936 487)	(13 088 874)	(18 458 405)	-	(628 483 766)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(65 858 675)	(14 822 461)	-	-	(80 681 136)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
	<b>(1 065 283 823)</b>	<b>(27 911 335)</b>	<b>(18 458 405)</b>	<b>(5 303 069)</b>	<b>(1 116 956 632)</b>
Derivados e operações cambiais por liquidar (fluxo líquido)	2 102	(609 027)	-	-	(606 925)
<b>Diferencial / Gap</b>	<b>(29 319 375)</b>	<b>24 559 933</b>	<b>39 357 060</b>	<b>25 056 047</b>	<b>59 653 665</b>
<b>Diferencial / Gap Acumulado</b>	<b>(29 319 375)</b>	<b>(4 759 442)</b>	<b>34 597 618</b>	<b>59 653 665</b>	

Em 31 de Dezembro de 2011 os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros são os seguintes:

	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos ou indeterminado	Total
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	42 756 411	-	-	-	42 756 411
Disponibilidades em outras instituições de crédito	84 452 902	-	-	-	84 452 902
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados	-	-	-	7 058 624	7 058 624
Activos financeiros disponíveis para venda	499 671	11 511 708	1 809 885	5 538 225	19 359 489
Aplicações em instituições de crédito	1087 457 294	12 369 846	-	1 159 286	1100 986 426
Crédito a clientes	25 056 061	37 167 561	50 505 252	10 727 259	123 456 133
Investimentos detidos até à maturidade	68 739 365	9 596 857	1 690 190	-	80 026 412
Investimentos em filiais e associadas	-	-	-	948 469	948 469
	<b>1 308 961 704</b>	<b>70 645 972</b>	<b>54 005 327</b>	<b>25 431 863</b>	<b>1 459 044 866</b>
<b>Passivo</b>					
Recursos de bancos centrais	(640 011 446)	-	-	-	(640 011 446)
Outros passivos financeiros ao justo valor via resultados	-	-	-	(7 058 624)	(7 058 624)
Recursos de outras instituições de crédito	(645 513 442)	(21 640 003)	(16 386 545)	(8 223 201)	(691 763 191)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(58 306 711)	(6 561 287)	-	-	(64 867 998)
Outros passivos subordinados	-	-	(4 500 327)	-	(4 500 327)
	<b>(1 343 831 599)</b>	<b>(28 201 290)</b>	<b>(20 886 872)</b>	<b>(15 281 825)</b>	<b>(1 408 201 586)</b>
Derivados e operações cambiais por liquidar (fluxo líquido)	13 214	989 605	-	-	1 002 819
<b>Diferencial / Gap</b>	<b>(34 856 681)</b>	<b>43 434 287</b>	<b>33 118 455</b>	<b>10 150 038</b>	<b>51 846 099</b>
<b>Diferencial / Gap Acumulado</b>	<b>(34 856 681)</b>	<b>8 577 606</b>	<b>41 696 061</b>	<b>51 846 099</b>	

### Risco cambial

Na actual política de gestão de risco cambial, são definidos limites de posição cambial, pelo que diariamente são acompanhadas as várias posições cambiais por moedas no balanço do Banco e o comportamento das respectivas divisas no mercado.

Considerando os limites de exposição definidos, as necessidades de liquidez por moeda, e o comportamento das várias divisas no mercado, as posições cambiais são cobertas economicamente, quer através de negociação no mercado cambial à vista, quer através da utilização de instrumentos financeiros derivados.

Em 31 de Dezembro de 2012, a decomposição por moeda dos instrumentos financeiros é a seguinte:

	montantes expressos em Euros			
	Euros	USD	Outras	Total
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	32 115 131	118 495	-	32 233 626
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 585 042	170 526 390	9 753 558	182 864 990
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados	-	5 303 069	-	5 303 069
Activos financeiros disponíveis para venda	3 003 987	4 107 100	-	7 111 087
Aplicações em instituições de crédito	10 971 285	724 596 030	-	735 567 315
Crédito a clientes	47 635 569	65 339 373	-	112 974 942
Investimentos detidos até à maturidade	39 438 575	60 586 775	188 374	100 213 724
Investimentos em filiais e associadas	948 469	-	-	948 469
	<b>136 698 058</b>	<b>1 030 577 232</b>	<b>9 941 932</b>	<b>1 177 217 222</b>
<b>Passivo</b>				
Recursos de bancos centrais	( 11 393)	(402 477 268)	-	(402 488 661)
Passivos financeiros detidos para negociação	( 320 986)	-	-	( 320 986)
Outros passivos financeiros ao justo valor via resultados	-	(5 303 069)	-	(5 303 069)
Recursos de outras instituições de crédito	(50 172 012)	(568 843 267)	(9 468 487)	(628 483 766)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(16 773 549)	(63 606 062)	( 301 525)	(80 681 136)
Outros passivos	( 997 452)	(1 483 296)	-	(2 480 748)
Reservas de reavaliação ao justo valor	379 130	(2 420 040)	-	(2 040 910)
	<b>( 67 896 262)</b>	<b>(1 044 133 002)</b>	<b>( 9 770 012)</b>	<b>(1 121 799 276)</b>
Operações cambiais spot por liquidar (valor líquido)	1 100 000	(1 098 949)		1 051
<b>Derivados (nocional)</b>				
Valor positivo	-	14 695 487	-	14 695 487
Valor negativo	(15 000 000)	-	-	(15 000 000)
	<b>( 13 900 000)</b>	<b>13 596 538</b>	<b>-</b>	<b>( 303 462)</b>
<b>Diferencial /Gap (Posição cambial em aberto)</b>	<b>N/A</b>	<b>40 768</b>	<b>171 920</b>	<b>212 688</b>

Em 31 de Dezembro de 2011, a decomposição por moeda dos instrumentos financeiros é a seguinte:

	montantes expressos em Euros			
	Euros	USD	Outras	Total
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	42 621 518	134 893	-	42 756 411
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8 544 867	75 778 154	129 881	84 452 902
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados	-	7 058 624	-	7 058 624
Activos financeiros disponíveis para venda	982 427	18 377 062	-	19 359 489
Aplicações em instituições de crédito	4 843 350	1096 143 076	-	1100 986 426
Crédito a clientes	34 292 938	89 163 195	-	123 456 133
Investimentos detidos até à maturidade	72 195 785	7 642 284	188 343	80 026 412
Investimentos em filiais e associadas	948 469	-	-	948 469
	<b>164 429 354</b>	<b>1 294 297 288</b>	<b>318 224</b>	<b>1 459 044 866</b>
<b>Passivo</b>				
Recursos de bancos centrais	(62 312 423)	(577 699 023)	-	(640 011 446)
Outros passivos financeiros ao justo valor via resultados	-	(7 058 624)	-	(7 058 624)
Recursos de outras instituições de crédito	(9 615 439)	(682 064 573)	( 83 179)	(691 763 191)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(32 630 862)	(32 176 939)	( 60 197)	(64 867 998)
Outros passivos subordinados	(4 500 327)	-	-	(4 500 327)
Reservas de reavaliação ao justo valor	440 744	(1 492 546)	-	(1 051 802)
	<b>( 108 618 307)</b>	<b>(1 300 491 705)</b>	<b>( 143 376)</b>	<b>(1 409 253 388)</b>
Operações cambiais spot por liquidar (valor líquido)	4 800 000	(4 786 786)		13 214
Derivados (nocional)				
Valor positivo	4 500 000	15 735 374	-	20 235 374
Valor negativo	(15 000 000)	(4 245 769)	-	(19 245 769)
	<b>( 5 700 000)</b>	<b>6 702 819</b>	<b>-</b>	<b>1 002 819</b>
<b>Diferencial /Gap (Posição cambial em aberto)</b>	<b>N/A</b>	<b>508 402</b>	<b>174 848</b>	<b>683 250</b>

### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro ocorre sempre que existe um desfasamento entre activos e passivos ou instrumentos financeiros registados fora do balanço sensíveis a variações dos níveis de taxa de juro. Para efeitos de monitorização, além da utilização da abordagem prudencial definida pelo Banco de Portugal na sua Instrução n.º 19/05, de 15 de Junho, o Banco desenvolveu um modelo de análise (abordagem interna) que efectua numa base mensal a medição de risco de taxa, através da aplicação dos factores de desconto aos *cash flows* líquidos diários (*gap / posição*), i.e. ao respectivo prazo residual (ou de *repricing*) específico, em vez de aplicá-los aos *gap* organizados por bandas temporais homogéneas mais dilatadas (abordagem Banco de Portugal), obtendo desta forma uma maior precisão no cálculo efectuado na variável.

Tal como pode ser evidenciado pelos mapas apresentados em seguida, a política de gestão deste risco definida pelo Banco através da definição de limites de exposição, não permite a existência de montantes significativos de operações de taxa fixa de médio e longo prazo. Adicionalmente, para estas situações são avaliadas as hipóteses de cobertura do risco de taxa de juro, através de instrumentos derivados, convertendo estas posições em taxa variável.

Em 31 de Dezembro de 2012 a análise de sensibilidade da margem financeira do Banco à subida paralela de 2,0% às taxas de juro de referência é a seguinte:

	31-Dez-12			
	Abordagem Banco de Portugal, Instrução n.º 19/05			Abordagem Interna
	Posição	Factor de Ponderação	Posição Ponderada	
à vista - 1 mês	(124 891 553)	1,92%	2 397 918	171 450
1 - 2 meses	15 514 811	1,75%	( 271 509)	( 42 600)
2 - 3 meses	8 378 755	1,58%	( 132 384)	( 39 461)
3 - 4 meses	15 514 034	1,42%	( 220 299)	( 90 539)
4 - 5 meses	700 639	1,25%	( 8 758)	( 3 140)
5 - 6 meses	(2 158 498)	1,08%	23 312	12 630
6 - 7 meses	8 879 203	0,92%	( 81 689)	( 91 944)
7 - 8 meses	3 217 231	0,75%	( 24 129)	( 39 799)
8 - 9 meses	12 966 831	0,58%	( 75 208)	( 193 858)
9 - 10 meses	67 636	0,42%	( 284)	( 2 046)
10 - 11 meses	(2 106 969)	0,25%	5 267	35 696
11 - 12 meses	651 274	0,08%	( 521)	( 13 672)
<b>Total</b>			<b>1 611 716</b>	<b>( 297 283)</b>
<b>Impacto na margem financeira</b>			<b>19,4%</b>	<b>-3,6%</b>
<b>Impacto na margem financeira 31-12-11</b>			<b>-3,7%</b>	<b>0,9%</b>

Em 31 de Dezembro de 2012 a análise de sensibilidade dos Fundos Próprios do Banco à subida paralela de 2,0% às taxas de juro de referência é a seguinte:

	<b>31-Dez-12</b>			
	Abordagem Banco de Portugal, Instrução n.º 19/05			Abordagem Interna
	Posição	Factor de Ponderação	Posição Ponderada	
à vista - 1 mês	(124 891 553)	0,08%	99 913	171 450
1 - 3 meses	23 893 566	0,32%	( 76 459)	( 82 061)
3 - 6 meses	14 056 174	0,72%	( 101 204)	( 81 050)
6 - 12 meses	23 675 206	1,43%	( 338 555)	( 305 622)
1 - 2 anos	508 855	2,77%	( 14 095)	( 17 258)
2 - 3 anos	2 105 813	4,49%	( 94 551)	( 112 168)
3 - 4 anos	1 779 985	6,14%	( 109 291)	( 116 687)
4 - 5 anos	-	7,71%	-	-
5 - 7 anos	1 661 143	10,15%	( 168 606)	( 157 599)
<b>Total</b>			<b>( 802 849)</b>	<b>( 700 995)</b>
<b>Impacto nos Fundos Próprios</b>			<b>-1,4%</b>	<b>-1,3%</b>
<b>Impacto nos Fundos Próprios 31-12-11</b>			<b>-1,0%</b>	<b>-0,8%</b>

#### Justo Valor dos activos e passivos financeiros

O Banco não divulga a diferença entre o valor contabilístico e o justo valor dos activos/passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, isto porque estes instrumentos financeiros não têm um mercado activo disponível e entendemos que as respectivas condições de preço (taxas de juro aplicadas) não diferem significativamente das taxas de mercado, bem como os instrumentos financeiros de maior maturidade encontram-se sujeitos a taxas de remuneração variável e os instrumentos de taxa de remuneração fixa apresentam maturidade inferior a 6 meses, logo o Valor Actualizado Líquido (técnica de valorização alternativa para apuramento do justo valor) corresponde, de uma forma geral, ao valor apresentado em balanço.

Apresentamos em seguida uma repartição de cada rubrica de todos activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor por tipo de método de valorização:

	<b>31-Dez-12</b>			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados				
Fundos de investimento (nota 6)	-	5 303 069	-	5 303 069
Activos financeiros disponíveis para venda (nota 7)				
Instrumentos de capital	55 749	-	-	55 749
Instrumentos de dívida	2 578 045	-	-	2 578 045
Fundos de investimento	755 603	2 651 534	-	3 407 137
<b>Total</b>	<b>3 389 397</b>	<b>7 954 603</b>	<b>-</b>	<b>11 344 000</b>
Passivos financeiros detidos para negociação				
Derivados (nota 5)	-	( 320 986)	-	( 320 986)
Outros passivos financeiros ao justo valor via resultados				
Recursos financeiros obtidos estruturados (nota 6)	-	(5 303 069)	-	(5 303 069)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>( 5 624 055)</b>	<b>-</b>	<b>( 5 624 055)</b>

	<b>31-Dez-11</b>			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros detidos para negociação (nota 5)				
Derivados	-	1 036 931	-	1 036 931
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados				
Fundos de investimento (nota 6)	-	7 058 624	-	7 058 624
Activos financeiros disponíveis para venda (nota 7)				
Instrumentos de capital	55 289	-	-	55 289
Instrumentos de dívida	1 809 885	13 177 216	-	14 987 101
Fundos de investimento	755 570	3 529 311	-	4 284 881
<b>Total</b>	<b>2 620 744</b>	<b>24 802 082</b>	<b>-</b>	<b>27 422 826</b>
Outros passivos financeiros ao justo valor via resultados				
Recursos financeiros obtidos estruturados (nota 6)	-	(7 058 624)	-	(7 058 624)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(7 058 624)</b>	<b>-</b>	<b>(7 058 624)</b>

Sendo que:

- Nível 1 - Os justos valores são determinados directamente por referência a cotações de preço publicadas num mercado activo, sendo as fontes de informação a *Bloomberg* e a *Reuters*;
- Nível 2 – Os justos valores são apurados utilizando para além dos *inputs* de informação do nível 1, métodos e técnicas de avaliação que têm subjacente cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas, ou ainda em alternativa com base em transacções recentes do instrumento financeiro em referência;
- Nível 3 – Os justos valores não são determinados com base em dados objectivos de mercado, tanto de uma forma global e directa, como de forma parcial. O Banco não tem instrumentos financeiros ao justo valor compreendidos neste nível.

**Banco BAI Europa, S.A.**  
**Relatórios e Pareceres dos Auditores**  
**(ROC) e do Conselho Fiscal**

## **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração do Banco BAI Europa, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade do Banco. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para a atividade do Banco e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda e apreciamos a Certificação Legal das Contas, em anexo, com a qual concordamos.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço e as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio, de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.



6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

27 de março de 2013

O Presidente do Conselho Fiscal



Henrique João Lucas Marçal

O Vogal



António Maria Veiga Anjos

O Vogal



José Augusto Viegas Severo



## **Certificação Legal das Contas**

### **Introdução**

1 Examinámos as demonstrações financeiras do Banco BAI Europa, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de €1.180.446 milhares e um total de capital próprio de €58.542 milhares, incluindo um resultado líquido de €4.597 milhares), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor, tal como adotadas pela União Europeia, com as exceções referidas nos Avisos n.º 1/2005, n.º 4/2005 e n.º 7/2008 do Banco de Portugal.

### **Responsabilidades**

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

.....  
*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.*  
*Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal*  
*Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt*  
*Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000*  
*Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o n.º 9077*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

### **Opinião**

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco BAI Europa, S.A em 31 de dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

27 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
representada por:



António Alberto Henriques Assis, R.O.C.